

**Universidade de Brasília  
Faculdade de Ceilândia  
Curso de Graduação em Saúde Coletiva**

**Organizações Sociais de Saúde: Relato de experiências em gestão  
hospitalar em três estados brasileiros.**

**Iasmine Lorena Silva de Jesus**

**Brasília  
2013**

**Universidade de Brasília  
Faculdade de Ceilândia  
Curso de Graduação em Saúde Coletiva**

**Organizações Sociais de Saúde: Relato de experiências em gestão  
hospitalar em três estados brasileiros.**

**Autora: Iasmine Lorena Silva de Jesus**

**Professora Orientadora: Carla Pintas Marques**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Faculdade de Ceilândia da Universidade de  
Brasília/UnB como parte dos requisitos para  
obtenção do título de Bacharel em Saúde Coletiva.

**Brasília**

**2013**

*Dedico esta monografia a Deus, minha maior  
força. À minha mãe Patrícia, à minha avó Ivonete  
e ao meu irmão de coração Vítor, que perseveraram  
comigo a cada dia, com amor e paciência.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos entrevistados desta pesquisa, que para este trabalho tanto contribuíram, com disponibilidade e presteza. Aos facilitadores e contatos que com gentileza tornaram as entrevistas possíveis.

Aos professores do curso de graduação em Saúde Coletiva (UnB/FCE) por fazerem parte, cada um a sua maneira, da minha formação de conhecimento técnico e posicionamento crítico, a minha visão de sanitarista não seria construída com excelência sem a generosidade de vocês.

À Carla Pintas Marques, por sua confiança, incentivo e orientação, a realização deste trabalho só foi possível pela calma a mim transmitida nos momentos de desespero e principalmente por ser alguém que me fez refletir e realizar, o meu mais humilde agradecimento.

Aos meus colegas e amigos de curso que fizeram a jornada de graduação mais divertida e acolhedora. Em especial a Caio William, Camila Kaori, Ítala Lopes, Jéssica Resende, Julimar de Fátima e Yandra Martins, sei que tenho em vocês, além de amigos, companheiros profissionais.

Aos meus amigos e amores: Bruno Ventura, pela força constante e carinho, você me impulsiona a ter sonhos maiores; Camilla Santos, que mesmo quando distante se faz presente, e me mostra que uma madrinha pode ser uma grande amiga - o fechamento deste trabalho só foi possível pela sua parceria; Emilianna Ferreira, Hadaya Araújo e Leonardo Barros, pela amizade infinita e companheirismo incondicional.

A toda minha família, base de tudo, e porto seguro nos momentos mais difíceis, os meus esforços e conquistas compartilho com vocês que sempre torceram por mim e fizeram de mim a pessoa que sou hoje. Vocês são os maiores instrumentos de Deus na minha vida.

A todos, muito obrigada.

*"A menos que modifiquemos a nossa  
maneira de pensar, não seremos capazes de  
resolver os problemas causados pela forma  
como nos acostumamos a ver o mundo".*

(Albert Einstein)

## RESUMO

As organizações sociais de saúde (OSS) na gestão de unidades hospitalares surgem no Brasil a partir de uma necessidade de reorganização da administração pública, por vezes burocrática e insuficiente para atender a demanda de unidades hospitalares, inicialmente no estado de São Paulo e em seguida em outros estados da Federação. O intuito deste trabalho é compreender e identificar de que forma as parcerias entre os setores público e privado tem ocorrido em três diferentes hospitais com modalidade de gestão por organização social de saúde. A pesquisa caracteriza um trabalho qualitativo, realizado a partir de entrevistas abertas junto a três gestores de unidades hospitalares distintas geridas por diferentes organizações sociais de saúde localizadas nos estados de São Paulo, Pernambuco e no Distrito Federal. Para que fosse possível compreender o funcionamento da gestão hospitalar por OSS alguns aspectos foram considerados relevantes dentre eles o modo como os estados adotaram o modelo de gestão por OSS e como estabelecem os contratos de gestão, as principais facilidades e dificuldades desse modelo. Os gestores entrevistados ainda fizeram considerações sobre a legislação, a fiscalização e o relacionamento das unidades hospitalares com os órgãos de governo de cada estado. As dificuldades e limitações na contratação ou aquisição de recursos indispensáveis, sendo humanos, físicos ou materiais, trazem ao gerenciamento de unidades de saúde de administração direta complicações e dificuldades expressivas capazes de impedir o funcionamento e o gerenciamento adequados com os padrões de qualidade desejados. A procura por parcerias entre os setores público e privado, através das organizações sociais de saúde, delega ao setor privado a administração dos recursos públicos em unidades de demanda e atendimento do próprio Sistema Único de Saúde, sem prejuízo a população e com garantia de cumprimento dos contratos estabelecidos. As experiências encontradas neste trabalho são destaque de importante processo de alternativas à gestão pública e da importância de se registrar as experiências dos serviços.

**Palavras chave:** organizações sociais; gestão hospitalar; saúde coletiva; saúde pública.

## **ABSTRACT**

Social health organizations (OSS) in the management of hospital units starts in Brazil, initially in the state of Sao Paulo and then followed by other federate states, to assist in the need of reorganizing public administration, often bureaucratic and insufficient to respond to the demands of hospital units. This paper aims to understand and identify how partnerships between private and public sectors have happened in three different hospitals under the management model of social health organization. Research is framed in quantitative work, developed after open interviews to three different managers of three different hospital units, located in the states of Sao Paulo, Pernambuco and Distrito Federal. To facilitate the understanding of hospital management by the OSS, some aspects were considered relevant, among them the manner by which each state adopted the management model by the OSS and established the management contracts, the odds and ends of this model. The managers interviewed also added opinions regarding legislation, supervision and the relationship of hospital units with the government agencies of each state. The difficulties in acquiring human, physical or material resources bring such hard complications to the direct administration of health units, that can impede the proper operation and management with the quality standards requested. The pursue of partnerships between public and private sectors, through the social health organization, assigns to private sector the management of public resources in units of demand and treatment of the Unique System of Health (SUS) itself, without any harm to the population and ensuring the fulfillment of the established contracts. The experiences aroused in this paper are of great importance to the process of bringing alternatives to public administration and to the register of service experiences.

**Keywords:** social organizations; hospital management; public health.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

GA	Gestor A
GB	Gestor B
GC	Gestor C
IA	Instituição A
IB	Instituição B
IC	Instituição C
OS	Organização Social
OSS	Organização Social de Saúde
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde



## **LISTA DE TABELAS**

Quadro 1.	Quadro Síntese sobre a adoção do Modelo de OSS.	<b>24</b>
Quadro 2.	Quadro Síntese sobre experiências dos gestores e comparações a modelos tradicionais.	<b>26</b>
Quadro 3.	Quadro Síntese sobre facilidades encontradas no modelo OSS.	<b>27</b>
Quadro 4.	Quadro Síntese sobre dificuldades encontradas no modelo OSS.	<b>29</b>
Quadro 5.	Quadro Síntese sobre estabelecimento e revisão contratual.	<b>31</b>
Quadro 6.	Quadro Síntese sobre Relacionamento do hospital de modalidade OSS e órgãos do estado.	<b>32</b>
Quadro 7.	Quadro Síntese sobre considerações sobre a legislação local.	<b>33</b>
Quadro 8.	Quadro Síntese sobre considerações sobre a fiscalização.	<b>35</b>
Quadro 9.	Quadro Síntese sobre oposição ao modelo OSS.	<b>36</b>
Quadro 10.	Quadro Síntese sobre opinião pessoal sobre o modelo OSS.	<b>38</b>

## **SUMÁRIO**

1. Introdução	11
2. Referencial teórico	14
3. Objetivos	20
4. Metodologia	21
5. Análise, resultados e discussão	23
6. Considerações finais	39
Referências bibliográficas	41
Apêndice I – Roteiro orientador para entrevista	43
Apêndice II – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)	44
Apêndice III – Termo de concordância institucional	46
Anexo I – Legislação Federal	47
Anexo II – Legislação São Paulo	55
Anexo III – Legislação Distrito Federal	62
Anexo IV – Legislação Pernambuco	69

## 1. INTRODUÇÃO

A administração pública direta no Brasil apresenta muitas dificuldades que são consequências de seus aspectos históricos, sociais e políticos. Dentre os principais desafios é válido ressaltar a instauração de um sistema burocrático, muitas vezes corrupto e descontínuo administrativamente, o que torna os processos de tomada de decisão e de contratação de pessoas, obras e serviços lentos e ineficientes, gerando assim uma gestão pública falha e por vezes incapaz de realizar aquilo a que se propõe.

A insuficiência de recursos é uma justificativa bastante utilizada pelos gestores públicos para findar questionamentos sobre as falhas ocorridas nos serviços. Entretanto após a criação da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1996 (BRASIL, 1996) o setor saúde passa a ter seus recursos transferidos fundo a fundo, ou seja, de modo regular e automático, e a ausência de recursos passa a não justificar distorções continuadas sobre a prestação de serviços. Porém o mau gerenciamento desses recursos pode ocasionar danos e prejuízos ao sistema, sendo o principal fator de críticas ao SUS.

Como uma das alternativas propostas no processo de reforma do Estado, surgem as Organizações Sociais (OS), que são organizações privadas sem fins lucrativos que são contratadas pelos poderes públicos para executar atividades públicas por uma dada forma de contratação (ANDRADE, 2011), que garante a prestação de serviços, por parte da OS, e o repasse financeiro, por parte do órgão público contratante. As OS podem atuar com o aval de uma legislação específica que seja adequada ao segmento gerenciado.

Este modelo de OS foi replicado para o setor saúde pelas Organizações Sociais de Saúde (OSS). A possibilidade de uma gestão de serviços por OSS permite que a saúde possa sanar dificuldades encontradas na administração pública como, por exemplo, a obrigatoriedade de contratação de pessoal por regime celetista, a possibilidade de aquisição de bens, obras e serviços por outros meios que não a licitação, meios esses que podem vislumbrar também qualidade técnica comprovada e não somente menor preço.

As OSS têm suas parcerias com as Secretarias Estaduais de Saúde (SES) celebradas por meios de contratos de gestão que dispõem das formas de compras e contratação, tratam de legislação particular e firmam principalmente o estabelecimento de metas quantitativas e qualitativas que devem ser alcançadas para que o recurso repassado pela SES seja garantido em sua totalidade. O não cumprimento total das metas está sujeito às penalizações financeiras para a instituição, sendo essa uma forma de obrigatoriedade para a prestação adequada de serviço (BRASIL, 2011).

No Brasil os primeiros exemplos de gestão de unidades de saúde surgem no estado de São Paulo em diversos hospitais com características diferenciadas. O modelo também já é adotado em diversos outros estados, como Pernambuco na gestão de unidade hospitalar e também no gerenciamento de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), e no próprio Distrito Federal em um hospital de pediatria especializada.

Considerado ainda um modelo de gerenciamento de serviço público inovador, as OSS passam a ser observadas, e os seus pontos positivos e negativos apontados seja para as críticas ao modelo proposto, seja para a implantação do mesmo modelo em locais onde a gestão pública é falha e pouco resolutive. Faz-se necessário conhecer os ganhos e as limitações advindas da gestão hospitalar por OSS.

A qualificação de OSS para a gestão de unidades hospitalares precisa ser vista de modo completo, e para isso é preciso identificar o modo como tem se dado as experiências existentes em diferentes regiões do Brasil, cada experiência com sua particularidade de nível de atenção e especialização de cuidado, visto que só após essa análise será possível entender de que modo a curto e/ou longo prazo essas organizações se desenvolveram no país.

Diante da realidade de novas modalidades de gestão hospitalar, esse trabalho se propõe a compreender como tem sido a experiência de gestão de unidades de saúde por OSS em três unidades hospitalares do Brasil, para verificar os resultados desse gerenciamento, identificando os reflexos da gestão por OSS no

atendimento prestado à população e ainda verificando os interesses das secretarias de saúde em manter hospitais gerenciados por esse tipo de modalidade.

O interesse pelo tema surgiu a partir da oportunidade de um estágio extracurricular em saúde coletiva em uma unidade hospitalar com modalidade de gestão por organização social de saúde. A inquietação para compreender melhor o a organização dessa modalidade de gestão no Brasil vem a partir das polêmicas de cunho jornalístico que abordavam esse tema.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O desenvolvimento das Organizações Sociais de Saúde no Brasil**

A crise do Estado brasileiro acontece com evidência em meados dos anos 1980, que acontece e meio a tentativa de superação das grandes intervenções econômicas e sociais do Estado, que caracterizava uma forte burocracia e certa rigidez nos processos, em serviços centralizados em poder estatal.

Com a proposta de sanar os efeitos provocados pela crise nacional surge, nos anos 1990, uma alternativa de colocar o Estado em processo de reforma, objetivando construir políticas públicas junto à sociedade, e adotando controle financeiro autônomo. (BRASIL, 1997)

Como elemento dessa reformulação do Estado surge o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) em 1995 que orienta o movimento de reforma e surge com o objetivo de tornar a administração pública mais eficiente e voltada para a cidadania, redefinindo o papel do Estado, que até o plano tinha responsabilidade direta de produzir bens e serviços, e com a reforma passa a exercer a função de promover e regular o desenvolvimento de prestação de bens e serviços.

De acordo com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), as organizações sociais são entidades de interesse e de utilidade pública, associações sem fins lucrativos, surgidas da qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, nas atividades de ensino, pesquisa tecnológica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio-ambiente, cultura e saúde.

O modelo de organização social acontece através de uma entidade pública não pertencente ao estado, de um modo geral associações civis sem fins lucrativos, que se destina a absorver e realizar atividades orientadas ao atendimento de interesses públicos. (BRASIL, 1998)

Esse modelo surge carregado de pressupostos que buscam trazer a prestação de serviços públicos maior qualidade com menor utilização de recursos,

focando os resultados diretos e para isso facilitando os processos da rotina administrativa.

Em 1998, foi possível estabelecer o início das instituições que adotariam papéis de organizações sociais, pela Lei Federal nº 9.637, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, estabelecendo normas e providências sobre os conselhos administrativos; os contratos de gestão em sua elaboração, execução e fiscalização; as desqualificações; entre outras medidas.

Além da normatização da União, há para cada um dos Estados envolvidos nesse estudo legislação própria a tratar da qualificação de OS. O estado de São Paulo, pioneiro no segmento, dispõe sobre a qualificação das organizações sociais com a Lei complementar nº 846, de 1998.

Como suporte legislativo, o Distrito Federal criou a Lei Distrital nº 2.415, de 6 de julho de 1999 para dispor sobre a qualificação de entidades como OS no âmbito do Distrito Federal, e ainda a Lei nº 2.523, de 13 de janeiro de 2000 que altera a Lei nº 2.415, de 6 de julho de 1999.

O estado de Pernambuco possui a Lei nº 11.743 de 20 de janeiro de 2000, que sistematiza a prestação de serviços públicos não exclusivos, que dispõe sobre a qualificação de Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e o fomento às atividades sociais, e dá outras providências.

Outros estados brasileiros também adotaram o modelo de OSS, e assim como os três, supracitados, possuem sua legislação própria a dispor sobre o assunto.

## 2.2 O papel das Organizações Sociais de Saúde

As organizações sociais na gestão pública possibilitam mudanças nas diferentes dimensões da administração pública, por atuar de modo diferenciado no que diz respeito à estrutura dos processos gerenciais; à organização dos processos de compra; à gestão dos recursos humanos, em formas de contratação e remuneração; entre outros.

A conexão estabelecida entre o órgão administrativo de saúde do ente federado e as organizações sociais são os denominados contratos de gestão que segundo Andrade (2011, p. 593) “configuram acordos administrativos colaborativos (ou contratos de gestão externos ou exógenos), os quais envolvem, de um lado, órgãos ou entidades administrativas, e de outro, entidades privadas sem fins lucrativos”.

Os contratos de gestão são responsáveis pelo estabelecimento de vínculo entre a entidade administrativa e a organização social, visto que nesse instrumento contratual são contratadas e pactuadas as metas e obrigações que afirmam a colaboração e responsabilização de ambos sobre a unidade a ser gerenciada, visando o controle de comportamento que indicará os resultados atingidos previamente acordados. (IBANEZ, VECINA NETO, 2007)

O estabelecimento desse contrato, quando pactuado em negociação harmoniosa entre a secretaria de saúde e a instituição prestadora do serviço possibilita o aprimoramento das metas estabelecidas, assim como um maior controle e mais qualidade na avaliação da prestação dos serviços. A relação do aparelho do estado com as entidades qualificadas como OSS precisa ser bem estabelecida de modo a delimitar as responsabilidades de cada uma das partes contratantes, assim se torna possível aplicar ao setor saúde políticas que aumentarão a eficiência do serviço prestado.

A transparência na gestão dos recursos públicos dificulta a repetição de erros já conhecidos na administração direta, e ainda possibilita mais abertura ao controle social que pode, também, utilizar dos indicadores quantitativos e qualitativos



estabelecidos no contrato de metas para realizar comparativos e identificar ganhos e perdas por essa modalidade de gestão.

A saber, somente a partir do cumprimento de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas no documento contratual é possível manter o repasse financeiro do órgão de governo à unidade hospitalar. Fato que “obriga” as instituições gerenciadas por organizações sociais a manterem linearidade na prestação de serviços que se propõem.

### **2.3 A gestão por Organizações Sociais de Saúde**

Considerando as atuais falhas que cercam a administração pública do SUS, a presença de diversas OSS presentes e atuantes no Brasil, e ainda o contexto no qual se deu o surgimento dessa modalidade de gestão no país, várias razões são apresentadas para a aprovação ou reprovação desse modelo.

Costa, Junior e Nascimento (2011) ressaltam que também a permanente tensão devido aos recursos limitados e as dificuldades gerenciais do setor público para atingir metas assistenciais e conferir eficácia e eficiência de ação, exigências encontradas no cotidiano da iniciativa privada. Para ele essa tensão se expressa com muita ênfase no setor saúde, já que envolve a necessária agilidade na aquisição de inovações tecnológicas, incremento constante na oferta de procedimentos médicos, exames e insumos, diversificação e especialização das práticas, instalações modernas e acolhedoras. De modo que essas razões também justificam a aproximação dos governos locais junto às instituições privadas sem fins lucrativos, como meio de otimizar os recursos de acordo com as necessidades.

Segundo documento do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, as OS tornam mais fácil e direto o controle social, por meio da participação nos conselhos de administração dos diversos segmentos representativos da sociedade civil, ao mesmo tempo em que favorece seu financiamento via compra de serviços e doações por parte da sociedade. Ressalte-se ainda que gozam de uma autonomia administrativa muito maior do que aquela possível dentro do aparelho do Estado e em compensação, seus dirigentes são chamados a assumir uma responsabilidade maior, em conjunto com a sociedade, na gestão da instituição e na melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços, atendendo melhor o cidadão-cliente a um custo menor. (BRASIL, 1997)

Abrucio e Sano (2008) enfatizam os pontos fortes trazidos por essa modalidade de gestão de modo incisivo e evidenciam ainda que as falhas da administração pública direta é fator determinante para que isso ocorra. Segundo esses autores a explicação desse sucesso das OS têm a ver, basicamente, com três fatores. Primeiro, com a flexibilização administrativa, que favorece um melhor gerenciamento. Segundo, com o mecanismo do contrato de gestão, que aumenta a

capacidade de planejar e executar por meio de metas capazes de serem avaliadas. Por fim, com o êxito do modelo de repasse a entes públicos não estatais, que só deu certo em São Paulo, porque foi constituído um núcleo burocrático estratégico na Secretaria de Estado da Saúde, capaz de regular, monitorar, avaliar e, eventualmente, alterar o rumo do processo de contratualização.

Abrucio e Sano (2008) ainda ressaltam que esses três aspectos também aparecem nas experiências bem-sucedidas de outros países no campo da gestão por resultados. O sucesso gerencial obtido nas OS paulistas deixa mais claro os problemas do modelo administrativo público brasileiro.

É de extrema importância que se compreenda de que modo o desenvolvimento dessa modalidade de gestão vem se apresentando no país para que entre opiniões favoráveis e desfavoráveis fique claro se o atendimento prestado por essas unidades de saúde tem sido efetivo em sua essência, ou seja, se são cumpridos os princípios e diretrizes estabelecidos pelo SUS.

Ressalto que, mesmo em meio à polêmica e a disparidade de opiniões acerca das organizações sociais há pouca literatura que relate ou avalie as experiências nacionais. De um modo geral, o estado de São Paulo apresenta destaque em vivência e literatura, porém nos demais estados pouco se relata, apesar de as organizações sociais de saúde já estarem presentes em muitos deles.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. Objetivo Geral**

Compreender e identificar de que forma as parcerias entre os setores público e privado tem ocorrido em três diferentes hospitais com modalidade de gestão por organização social de saúde em São Paulo, Distrito Federal e Pernambuco no ano de 2013.

#### **3.2. Objetivos Específicos**

- Verificar os resultados de gerenciamento das organizações de saúde na gestão hospitalar;
- Identificar as dificuldades e facilidades encontradas na gestão por organizações sociais de saúde;
- Mapear o desempenho da instituição no que se refere ao contrato de gestão.

#### 4. METODOLOGIA

Trata-se de um trabalho qualitativo, realizado a partir de entrevistas abertas junto a três gestores de unidades hospitalares distintas geridas por diferentes organizações sociais de saúde localizadas nos estados de São Paulo, Pernambuco e no Distrito Federal.

A escolha das três unidades federadas se deu, pois esses estados possuem organizações sociais gerenciando unidades de saúde, possuem ainda legislação própria que trata sobre o funcionamento das organizações sociais, bem como, sobre os seus processos internos e externos.

Foi elaborado um roteiro orientador (Apêndice I) para nortear as entrevistas com os gestores das unidades hospitalares gerenciadas pela OSS. Foram estabelecidas questões relativas ao cumprimento dos contratos de metas, dificuldades e facilidades, relações institucionais entre a unidade gestora com as secretarias estaduais e municipais.

O roteiro serviu como base para o andamento das entrevistas, que foram realizadas em datas agendadas com os gestores, gravadas e transcritas, no período de 01 a 20 de fevereiro de 2013. Em duas instituições o encontro se deu de modo presencial, acompanhado de visita a unidade de saúde correspondente e na terceira instituição foi realizada vídeo conferência, por incompatibilidade de datas para entrevista in loco.

As instituições não serão identificadas e serão tratadas aqui como IA, IB e IC. Os gestores entrevistados também não serão identificados, e serão chamados GA, GB e GC sendo correspondentes às suas instituições.

Para cumprimento dos aspectos éticos da pesquisa, houve a necessidade de assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice II) junto ao entrevistado, e termo de concordância institucional (Apêndice III), além do compromisso deste pesquisador em divulgar o resultado final junto às três instituições.

Não houve apreciação junto aos comitês de ética das instituições em virtude da entrevista configura-se de caráter pessoal e individual, não expressando a opinião da instituição.

## 5. ANÁLISE, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para que fosse possível compreender o funcionamento da gestão hospitalar por organizações sociais de saúde alguns aspectos foram considerados relevantes, e, por isso, adotados como tema de questionamentos levantados durante as entrevistas realizadas com gestores das instituições propostas.

Para procedermos à análise, utilizaremos a sequência de itens de maior relevância, propostos pelo roteiro elaborado, com uma síntese final de cada item avaliado.

### Item 1. A adoção ao modelo de OSS

A Instituição A (IA) apresenta-se de modo particular no que se refere ao vínculo estabelecido entre o governo estadual e a sociedade civil como retratado pelo Gestor A (GA): *“O hospital tem um processo longo de maturação do seu desenvolvimento, ele surge de uma iniciativa da sociedade civil com a construção do primeiro bloco do hospital, depois se buscou uma maneira de operacionalizar, uma vez que seu funcionamento requereria recursos regulares e significativos. Foram feitos entendimentos com o governo local, que culminaram com a doação da estrutura física ao governo, e o governo optou por colocar uma organização social para gerir o hospital. O que a nível local representa uma experiência nova. As forças políticas aqui estão alinhadas com a motivação de outros estados mais experientes nesse tipo de modelo, exatamente pela dificuldade, quase impossibilidade, de uma gestão direta, há um emaranhado jurídico enorme, e na área da saúde particularmente difícil, dadas as características do setor que é muito dinâmico e requer decisões muito rápidas. Tentativa de buscar modelo alternativo, para agilizar e dar eficiência e eficácia à gestão”*.

A Instituição B (IB) foi construída para ser gerenciada por uma OSS, sendo que a mesma não teve participação na construção física da unidade hospitalar. Seu Gestor B (GB) relata essa situação: *“O Estado tinha todo interesse que o hospital iniciasse o seu funcionamento imediatamente, e entregou o hospital à OSS todo montado, todo equipado. À OSS coube fazer a seleção de pessoal, e entrar gerenciando o hospital”*.

A Instituição C (IC) passa por um processo mais longo até se tornar um hospital gerenciado por OSS, como conta o Gestor C (GC): *“O hospital foi criado para ser uma unidade Federal e nos anos 1970 foi cedido ao governo do estado, com o sucateamento da unidade, que ocorreu ao longo dos anos, em 2004 uma ação do Ministério Público deu como alternativas ao estado a demolição da unidade ou a reforma completa. A partir daí o hospital foi reformado, com investimento do estado, após a reforma a SES modificou o perfil do hospital. Sendo assim, o estado lançou edital público para adoção da gestão por OSS, o projeto mais adequado ao interesse estatal foi selecionado, e assume a gestão até hoje”.*

**Quadro 1.** Quadro Síntese sobre a adoção do Modelo de OSS. Brasília, 2013.

ADOÇÃO DO MODELO DE OSS		
Instituição / Gestor		
A	B	C
Iniciativa da sociedade civil; Necessidade de recursos regulares e significativos; Busca de alternativa ágil, eficiente e eficaz.	Interesse de início imediato; Construção / equipamentos a cargo do Estado; Contratação de RH a cargo da OSS.	Hospital Federal cedido ao estado; Sucateamento da unidade; Redefinição do perfil da unidade.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Grande parte dos estados da federação tem-se utilizado da parceria junto às OSS como modalidade de gestão hospitalar, em especial por conta de dificuldades encontradas na administração pública direta. As unidades hospitalares têm processos de inicialização bem diferentes uns dos outros, porém nas três situações verificou-se que há interesse do Estado em agilizar e dar eficiência à prestação de serviços.

## Item 2. Experiências dos gestores e comparações a modelos tradicionais

Os gestores das unidades hospitalares retratadas nessa pesquisa tiveram experiências em outras modalidades de gerenciamento, o que permitiu comparações e destaques para as diferenças percebidas entre as modalidades de gestão tradicionais e a gestão por OSS.



GA conta que já foi “gestor de área técnica em unidade de gestão pública direta, e gestor em dois hospitais com modelo OSS em outro estado”, ainda ressalta que “o modelo de gestão direta apresenta uma enorme dificuldade operacional” para ele “é reconhecido que a gestão pública é muito complicada, e por isso tem-se buscado mecanismos de minimizar essas dificuldades, associada a essa questão estritamente funcional de gestão há outros aspectos relacionados a essa situação que dizem respeito ao papel do estado na execução de suas funções”.

GB relata que “Já havia gerenciado a área técnica de outra unidade hospitalar, porém na forma de administração direta”, e aponta a maior diferença entre a gestão tradicional e o modelo OSS: “Considero como diferença fundamental entre os dois modelos o que diz respeito ao gerenciamento de pessoal”.

Já o GC, relata que teve experiência em unidade hospitalar com administração direta e em outra unidade com modalidade de gestão por OSS. Sendo mais pontual ao relatar sua percepção das limitações que a administração direta pode ter: “Na administração direta existem muitas dificuldades porque trabalhamos com um funcionário que com o passar dos anos vai assumindo uma posição de quem já tem estabilidade, então ele faz mais ou menos o que quer, é um funcionário que se acomoda; Você não pode dizer que o funcionário público é ruim, até porque ele passa por uma seleção por concurso público, ele é bom, mas com essa forma gerencial as coisas demoram tanto, que as pessoas no começo tentam realizar mais, mas depois desanimam”, para GC “a estrutura do poder público é lenta pra conseguirmos mudar as coisas, então dá a impressão que você está diante de uma montanha que se mexe, mas você não vê. Demora muito tempo pra que as modificações sejam percebidas. Há uma situação de inércia por parte dos profissionais, motivar as pessoas para fazer as coisas exige um esforço muito grande, com pouco retorno”.

**Quadro 2.** Quadro Síntese sobre experiências dos gestores e comparações a modelos tradicionais. Brasília, 2013.

EXPERIÊNCIAS DOS GESTORES E COMPARAÇÕES A MODELOS TRADICIONAIS		
Instituição / Gestor		
A	B	C
Gestor de área técnica em unidade de gestão pública direta; Gestor de modelo OSS em outro estado; Gestão direta dificulta operacionalização; Necessidade de minimizar dificuldades; Novas alternativas; Definição do papel do estado na execução de funções.	Gestor de área técnica em unidade de gestão pública direta; Diferença fundamental entre modelos: gerenciamento de pessoal.	Gestor de área técnica em unidade de gestão pública direta; Gestor de modelo OSS no mesmo estado; Funcionários da administração direta bons, porém acomodados com o tempo; Poder público lento para mudanças.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

A carga de experiência em gestão dos três entrevistados permitiu o arcabouço comparativo ao modelo de administração direta tradicional. A percepção de lentidão, pouca eficiência e excessos burocráticos em experiências anteriores, fizeram com que as facilidades operacionais do modelo OSS fossem ressaltadas.

Ressaltadas as necessidades de revisão da administração direta, Santos (2010) reforça que a Administração Pública precisa inovar-se, pois a operacionalidade no caso dos serviços que devem assegurar o direito à saúde é insatisfatória e não garante a efetividade do direito à saúde. A autora ainda reforça a necessidade de promover uma reforma no seu interior, adotando-se novos marcos legais condizentes com as atuais necessidades da população em relação aos serviços públicos.

### Item 3. Facilidades encontradas no modelo OSS

As facilidades do processo são percebidas por GA principalmente no que diz respeito aos processos de contratação e aquisição de serviços e bens, é pontual ao dizer que *“a nossa vantagem é não estarmos obrigados a realizar processos de licitação típicos, o que fazemos é um processo de publicização. Os processos*

*devem ser públicos, com prazos e regras, mas não chega aos rigores de um processo licitatório”.*

Para GB *“A maior facilidade é a possibilidade de contratação e demissão direta de pessoal, montar equipe, principalmente a assistencial”.* Adianto aqui que nessa localidade a legislação não permite outras contratações, que não as de pessoal, por parte da OSS.

GC acredita que *“os processos são facilitados, porque você pode decidir, dentro do orçamento que lhe é fornecido de que modo você pode otimizar isso”.* Para esse gestor *“montar equipe ficou muito mais fácil, porque você consegue requisitar bons profissionais, de modo ágil sem a necessidade de abertura de concurso público, além disso, na modalidade OSS a agilidade é maior, a equipe se torna muito mais motivada”.*

**Quadro 3.** Quadro Síntese sobre facilidades encontradas no modelo OSS. Brasília, 2013.

FACILIDADES ENCONTRADAS NO MODELO OSS		
Instituição / Gestor		
A	B	C
Processo licitatório não obrigatório; Realização de publicização.	Possibilidade de contratação e demissão direta de pessoal; Poder de montar equipe.	Decisão de otimizar recursos; Agilidade para montar equipe mais motivada.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

A proposta do modelo OSS permite a facilitação dos processos envolvidos nos trabalhos dentro da organização, afinal esse modelo foca nos resultados que a instituição deve obter.

É importante ressaltar que as facilidades adquiridas com as legislações de OSS não significam perda de qualidade ou de seriedade na realização dos processos. Essas facilitações vêm acompanhadas de um controle estatal ainda não existente na administração direta, que é mais rigoroso e punitivo quando as necessidades não são atendidas.

Sobre as facilidades do modelo OSS, Barbosa e Elias (2010) reforçam que O nível de autonomia administrativa e financeira concedido às OSS, tanto para aquisição de bens e serviços quanto para contratação de recursos humanos, permite que, dentro dos limites orçamentários estabelecidos, sejam feitos todos os arranjos institucionais que garantam o melhor uso possível dos recursos destinados.

#### **Item 4. Dificuldades encontradas no modelo OSS**

O modelo OSS traz em seus pressupostos a intenção de facilitar o manejo dos processos, sem perder o controle sobre eles. Entretanto cada estado possui particularidades em sua própria legislação, o que determina diferenças consideráveis que geram comparações entre as formas de aplicação desse modelo.

GA revela particularidades em sua localidade: *“O modelo adotado aqui é muito diferente dos outros estados, o arcabouço jurídico é o mesmo, mas em outros locais as instituições realizam processos dentro das diretrizes e da lógica do setor privado. Aqui, pelas circunstâncias locais e falta de tradição, estamos submetidos a uma legislação muito restritiva, o que nos aproxima muito de uma administração pública tradicional, a necessidade de percorrer um trajeto legal de justificativas, recomendações e de atender os órgãos de controle transformam a nossa gestão em algo muito próximo da gestão pública”.*

GB passa por dificuldades particulares com relação aos outros Estados apresentados neste estudo, a legislação diferenciada atrela as dificuldades do processo à preocupação em longo prazo sobre os rumos que a unidade hospitalar irá tomar, a fala de GB esclarece esse ponto: *“A maior dificuldade é não poder ter verba de investimento, o que impossibilita autonomia para execução de processos de compra e troca de materiais e equipamentos, e para a execução de obras. A OSS não tem autonomia nenhuma para execução de obras ou compra de materiais e equipamentos. A OSS não recebe esse recurso, em caso de situação emergencial, por exemplo, de quebra de equipamento, deve ser feita uma solicitação à SES para que possam realizar a troca e posterior repasse, ou a SES pode autorizar que o hospital mesmo possa realizar. Essa é uma desvantagem diante dos outros estados,*

*a lei foi feita de uma forma muito rígida e tem essa contradição, pois a proposta era que os processos fossem mais rápidos, mas na verdade não são, pois nós dependemos do estado para obras e investimentos como qualquer outro serviço público”.*

GC relata em sua fala dificuldades relacionadas ao estabelecimento do orçamento repassado à instituição, porém ao ser questionado diretamente sobre as dificuldades pelas quais passa em sua gestão não dissocia a limitação de um ponto positivo, quando diz que *“se por um lado, há limitações relacionadas ao plano orçamentário, por outro a equipe se sente muito mais apropriada do processo, o problema percebido é solucionado na prática com muita rapidez”.*

**Quadro 4.** Quadro Síntese sobre dificuldades encontradas no modelo OSS. Brasília, 2013.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NO MODELO OSS		
Instituição / Gestor		
A	B	C
Legislação local restritiva; Semelhanças com a gestão pública tradicional;	Falta recurso de investimento; Falta de autonomia para execução de obras ou compra de materiais e equipamentos; Legislação muito rígida.	Limitações relacionadas ao plano orçamentário.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

O modelo de gestão hospitalar por OSS apresenta particularidades em cada um dos estados presentes nesse estudo, o que admite diferenças e dificuldades características de cada lugar. A rigidez ou limitação na legislação local podem vir a dificultar a realização dos processos, o que poderá tornar essa modalidade pouco eficiente em longo prazo.

Destaque deve ser dado a semelhança das três instituições quanto à rigidez da legislação, o que demonstra a seriedade do Estado e controle quanto a execução de diversos produtos além do limite orçamentário proposto para tais unidades.

## Item 5. Estabelecimento e revisão contratual

A determinação de um contrato de metas, documento que formaliza a relação o estado e a OSS e o repasse de verba da SES para a unidade hospitalar, acontece de um modo geral a partir de negociações entre as duas instituições, onde são ponderadas as necessidades dos serviços que devem ser prestados e os custos que traz essa prestação de serviços.

GA relata que *“no estabelecimento do contrato, quem define as necessidades é o contratante, nesse caso o poder público. O estabelecimento dos valores é baseado nos valores de mercado”*. Sobre a localidade onde está inserido, comenta sobre a novidade de um modelo como esse, dizendo que *“a falta de tradição local dificulta a estimativa dos custos, porque o poder público não sabe quanto custa o seu serviço”*. Porém ressalta que *“no cumprimento das metas estabelecidas estamos de um modo geral, indo muito bem. Há algumas discrepâncias, algumas metas cumprimos com folga, outras temos mais dificuldades. O que demonstra uma falta de planejamento no estabelecimento dessas metas, que foram estimadas, baseadas em outras experiências de outros hospitais de mesmas características. Ressalto que o não cumprimento de metas, quantitativas ou qualitativas, se transforma em uma punição pecuniária e podem justificar até o rompimento do contrato”*.

Segundo GB, no estado em que IB está inserida *“a SES propõe o contrato com metas, que são revistas conforme a realidade do hospital, mas as metas não são difíceis de serem atingidas, pois são estipuladas em modo de negociação entre a SES e a OSS”*.

De modo mais explicativo GC diz que *“a secretaria de saúde é a dona do contrato, você faz o que eles querem. Pois eles é que percebem a rede como um todo, e por isso estabelecem as prioridades e necessidades (o que e quanto ela quer que o hospital ofereça, sejam consultas, procedimentos, cirurgias), nós recebemos essa demanda, e vemos o custo disso. Então há negociação para assentar as metas e a orçamentação”*.

Quanto às informações sobre o contrato da IA, o GA expõe: “O *nosso contrato tem validade máxima de 5 anos, podendo ser atualizado anualmente*”.

Na IB, “o *contrato tem duração de 5 anos, e a cada ano ele pode ser revisto, podendo ser feito um termo aditivo de repasse financeiro baseado nos custos do serviço*” segundo GB.

Segundo GC o contrato da IC “*é renovado anualmente, podendo ter readequação de metas de 3 em 3 meses conforme os acontecimentos.*”

**Quadro 5.** Quadro Síntese sobre estabelecimento e revisão contratual. Brasília, 2013.

ESTABELECIMENTO E REVISÃO CONTRATUAL		
Instituição / Gestor		
A	B	C
SES define necessidades; Orçamento com base em valores de mercado; Poder público desconhece custo dos serviços; Contrato válido por até 5 anos; Atualização anual do contrato.	SES define necessidades; Revisão de metas conforme realidade. Contrato válido por até 5 anos; Atualização anual do contrato.	SES define necessidades; OSS verifica custos; Contrato renovado anualmente; Readequação de metas trimestralmente.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

As necessidades são estabelecidas pelo Estado, fato de grande importância, afinal é o Estado que tem o papel de gerenciar e adequar à sua necessidade o que vai ser ofertado pela OSS, exercendo assim a sua função de planejar. Tais necessidades são delegadas às OSS que vão deter o poder de execução de acordo com as metas estabelecidas.

Os contratos têm validade estabelecida, porém as SES de cada estado permanecem em contato com as unidades hospitalares para que as metas estejam sempre adequadas ao momento vivenciado pelas unidades, e por isso há possibilidades de ajustes contratuais antes que ele se finde.

## Item 6. Relacionamento do hospital de modalidade OSS e órgãos do estado.

GA explica a estrutura formada para compor vínculo entre a SES e a unidade hospitalar: *“Existe uma estrutura hierárquica, cada contrato assinado com o governo local por OSS, constitui uma comissão da SES de acompanhamento de contrato, que quando formada é publicada em diário oficial. Temos reuniões regulares com essa comissão. A comissão é o interlocutor de todas as nossas ações com a SES e os órgãos de controle”*.

Na IB *“o tribunal de contas não tem relação direta conosco, a solicitação de documentos e as auditorias acontecem através da secretaria, por isso a relação com a SES é bem estreita”*.

GC conta que *“o relacionamento com a SES se dá no dia a dia, e é um bom relacionamento de parceria, nos reunimos de 3 em 3 meses, para analisarmos os indicadores e fazermos as adequações se forem necessárias”*.

**Quadro 6.** Quadro Síntese sobre Relacionamento do hospital de modalidade OSS e órgãos do estado. Brasília, 2013.

RELACIONAMENTO DO HOSPITAL DE MODALIDADE OSS E ÓRGÃOS DO ESTADO		
Instituição / Gestor		
A	B	C
Comissão de acompanhamento contratual (SES); Reuniões regulares entre OSS e comissão; Comissão como interlocutor com SES e órgãos de controle.	Principal vínculo: SES; OSS se reporta a SES; SES se reporta a tribunais de contas.	Principal vínculo: SES; Reuniões trimestrais com a SES; Análise conjunta de indicadores para readequações necessárias.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Verifica-se que a SES dos estados é quem acompanha a execução dos contratos, e o faz por meio tanto de comissões quanto em reuniões sistemáticas junto às OSS. Esse “controle” é importante para a transparência da execução e prestação de contas junto aos órgãos de controle.



## Item 7. Considerações sobre a legislação local.

GA considera *“a legislação local é restritiva, mas eu creio que estamos em um processo, hoje vivemos uma crise de credibilidade na sociedade, onde toda e qualquer iniciativa mais nova, já nasce com o estigma da suspeição”*. Para ele *“Ao invés de gerenciar resultados, busca-se criar uma série de meios e prerrogativas para evitar e coibir abusos, mas na maioria das vezes não consegue coibir esses abusos, mas impede a execução adequada dos serviços, em nome de um suposto rigor no desenvolvimento da gestão do recurso público, praticamente se impossibilita essa gestão e a torna sempre mais onerosa para a população”*.

GB demonstra preocupação em sua fala, diz que *“se a legislação não for revista, a tendência é que os hospitais gerenciados por OSS no estado tenham, em longo prazo, a dificuldade de investir em infraestrutura e equipamentos que qualquer hospital de administração direta”*.

Para GC *“a legislação deixa algumas brechas de interpretação para os órgãos fiscalizadores, somos fiscalizados pela Secretaria da Fazenda, Secretaria de Saúde, pelo Tribunal de Contas do Estado e às vezes também pelo Tribunal de Contas da União. Alguns entendem que pelo dinheiro ser público ele estaria sujeito às mesmas normativas de qualquer outra instituição da administração direta”*.

**Quadro 7.** Quadro Síntese sobre considerações sobre a legislação local. Brasília, 2013.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO LOCAL		
Instituição / Gestor		
A	B	C
Legislação é restritiva; Legislação como prerrogativa para evitar abusos; Rigor impede execução adequada de serviços; Ônus para a população.	Legislação rigorosa; Sem revisão na lei, hospitais tendem a passar pelas mesmas dificuldades da administração direta.	Legislação com brechas de interpretação para os órgãos fiscalizadores; Entendimento errôneo: dinheiro público sujeito às mesmas normativas da administração direta.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Todos os entrevistados foram categóricos quanto ao rigor legislativo. E que por vezes tem tornado difícil a execução das atividades que se propõe a instituição.

Merece destaque de que tal rigor é importante, pois demonstra controle das ações por parte do Estado. Por outro lado, deve-se considerar que certa ou alguma autonomia deve ser dada às OSS para que possam exercer um papel às vezes mais efetivo do que o atual. Exemplo disso pode ser verificado na fala da GB.

Em reforço ao rigor que a lei deve ter, Silva Neto (2002) afirma que ter que o controle sobre as organizações sociais fundamenta-se no poder-dever que tem a Administração de verificar se a utilização dos bens e valores públicos estão sendo feitos, conforme o seriam, se feitos pelo próprio Estado, até porque as atividades contempladas no contrato de gestão devem guiar-se por princípios de direito público.

#### **Item 8. Considerações sobre a fiscalização.**

GA levanta o seu ponto de vista, dizendo que *“uma questão importante hoje no Brasil em todos os setores da gestão pública, é que toda avaliação é fundamentada em processos, e não em resultados. Os órgãos de controle avaliam processos, o que importa é cumprir o ritual rigorosamente”*.

No estado onde IB está inserida *“o tribunal de contas tem sido bastante resistente e rígido no que diz respeito às OSS, por ser recente essa modalidade, e pela recente legislação”*. Porém, GB pondera: *“mas o tempo tem feito os ajustes necessários e conseguimos realizar tudo conforme a lei e passando por essas auditorias”*.

GC acredita que o processo de fiscalização traz melhorias, e diz: *“quanto mais somos auditados, mais aprimoramos os mecanismos de controle e consequentemente mais transparente se torna os processos. O grande desafio é ter toda a transparência solicitada e ainda assim manter a agilidade na execução dos processos”*.

**Quadro 8.** Quadro Síntese sobre considerações sobre a fiscalização. Brasília, 2013.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FISCALIZAÇÃO		
Instituição / Gestor		
A	B	C
Avaliações fundamentadas em processos; Resultados menos significativos nas avaliações.	Tribunais de contas rígidos; Com ajustes, realizações estão dentro da lei.	Auditorias aprimoram controle e aumentam transparência de processos; Desafio: transparência com agilidade.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Deve-se considerar que a atuação do Estado, como fiscalizadora do processo junto às OSS é fundamental desde que transparente para o processo ocorrer de forma adequada. O aprimoramento e crescimento institucional dessas OSS pode se dar após muitas das auditorias/fiscalizações. Esse é um processo contínuo e necessário.

A fala de GA é refletida no texto de Ibanez e Vecina Neto (2007), órgãos como os Tribunais de Contas, são voltados para o controle de meios e não de resultados, eles ainda dizem que o Estado deve melhorar a sua capacidade para controlar a execução dos recursos colocados à disposição das organizações, tanto do ponto de vista da execução quanto do alcance dos resultados.

### **Item 9. Oposição ao modelo OSS.**

Sobre as polêmicas que geram oposições ao modelo OSS, GA explica: *“eu entendo que as OSS não são uma panaceia universal, não entendo que deva ser adotado como modelo único, é preciso testar outros modelos”*. Ele pondera sobre as alternativas para uma gestão mais qualificada diante da gestão tradicional: *“Eu entendo que o maior problema da saúde hoje seja a gestão e não a falta de dinheiro, porque se colocarmos mais dinheiro, com uma má gestão, vai ser mais dinheiro indo pro ralo”*.

GB destaca o principal acontecimento decorrente do movimento oposicionista às OSS: *“Como havia uma grande resistência às OSS, a lei foi*

*construída com muita rigidez para que fosse facilitada em sua aprovação. A legislação é limitante”.*

GC acredita que os componentes dos órgãos públicos de controle possam formar oposição, ele diz: *“Os funcionários públicos, que compõe esses órgãos podem se sentir ofendidos, de certa forma, quando dizemos que o modelo OSS é mais eficiente. Mas se esquecem de que o Estado não produz nada, nem na esfera federal, estadual ou municipal, o Estado arrecada, faz a distribuição e a fiscalização e para isso, geralmente ele é bom. Quando chega a hora do Estado se colocar como prestador de serviços, há problemas, como na saúde e na educação que são setores alvos de muitas reclamações”.* Ele destaca a falha da administração pública direta: *“a morosidade da administração pública tem consequência muito grande para o usuário”.*

GC conclui esperançoso sobre as oposições dizendo: *“Eu acho que essa oposição já foi maior. Os opositores iniciais hoje já podem ver os resultados, as fiscalizações feitas regularmente, ano após ano é mostrada a transparência do processo e a eficiência dele a resistência vai acabando”.*

**Quadro 9.** Quadro Síntese sobre oposição ao modelo OSS. Brasília, 2013.

OPOSIÇÃO AO MODELO OSS		
Instituição / Gestor		
A	B	C
OSS não são panaceias universais; Devem testar outros modelos; Problema da saúde é a gestão.	Grande resistência das categorias profissionais; Lei construída com rigidez para aprovação; Legislação se tornou limitante.	Possível ofensa a funcionários públicos; Não se leva em consideração que o Estado que arrecada, distribui e fiscaliza bem; Estado falha ao prestar de serviços; Opositores iniciais hoje veem resultados, fiscalizações mostram transparência e eficiência do modelo.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Há que se ressaltar que a administração pública no que se refere às modalidades de prestação de serviços, cresceu muito nas últimas décadas, a exemplo das OSS e das parcerias público privadas. E as oposições quanto a essas modalidades vão ocorrer, pois numa sociedade democrática se espera oposições,

aceites e críticas. É importante destacar que essas críticas e oposições permitem a consolidação do processo de gestão dessas modalidades, como forma de crescimento e desenvolvimento do aparato administrativo público.

#### **Item 10. Opinião pessoal sobre o modelo OSS.**

GA expões que, para ele, *“o modelo de gestão OSS não necessariamente está associado à excelência da assistência, não é predefinição eu entendo que por conta do emaranhado jurídico e das dificuldades da administração pública, o modelo de OSS é uma saída para as dificuldades do sistema. Do ponto de vista do poder público, apresenta grande vantagem com relação a se dedicar mais ao acompanhamento e à monitoração da prestação desses serviços. A excelência vai depender de como a gestão pública orienta e trabalha sobre as OSS”*.

GB entende que *“as OSS podem ser uma ferramenta que ajuda o estado a cumprir o seu dever de prover a saúde, afinal de contas é o Estado que mantém a unidade, foi ele que construiu a unidade, e o Estado cobra da OSS através das metas”*. Ele ainda afirma que diante das outras formas de gestão tradicionais, as OSS *“são muito mais cobrados que a administração direta que não possui metas, se não cumprimos somos punidos financeiramente no repasse de verba”*.

GC afirma que *“o Estado tem o dever, mas não de prover diretamente. Acho que ele tem que ser eficiente, evitando os desvios de recursos, e otimizando esses recursos. Acho que cabe ao Estado a fiscalização e a ordenação do que ele quer, mapear, planejar e dar a execução para quem tem agilidade para fazer”*. GC é incisivo ao dizer que *“o Estado não constrói estradas, não tem engenheiros civis construindo por aí, para isso contrata. Por que em áreas tão essenciais, como a saúde, ele tem que ser o prestador?”*, o questionamento leva a dizer que *“o modelo OSS desde que a legislação seja cumprida, vem aprimorar o SUS, se o Estado quer o sistema único universalizado, deve mapear e dar às OSS o direito à execução, acompanhando e fiscalizando os indicadores e metas”*. E finaliza dizendo: *“Acho que esse é um modelo que veio pra ficar em todas as áreas, você tem a eficiência do setor privado, fazendo a gestão do dinheiro público”*.

**Quadro 10.** Quadro Síntese sobre opinião pessoal sobre o modelo OSS. Brasília, 2013.

OPINIÃO PESSOAL SOBRE O MODELO OSS		
Instituição / Gestor		
A	B	C
Modelo OSS não é predefinição de excelência assistencial; OSS como alternativa para as dificuldades do sistema; Poder público realiza melhor acompanhamento e monitoramento da prestação desses serviços; A excelência depende de como a gestão pública orienta e trabalha sobre as OSS.	Modelo OSS como ferramenta que ajuda o estado a cumprir o seu dever de prover a Saúde; Estado controla mais OSS do que unidades da gestão pública direta.\	O Estado tem o dever de prover, não necessariamente diretamente; Modelo OSS, cumprindo a lei, aprimora o SUS; Estado deve dar às OSS o direito à execução; Eficiência do setor privado, fazendo a gestão do dinheiro público.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

O destaque feito pelos gestores das unidades mostra que há uma percepção clara do papel exercido pelo Estado e da importância de novas modalidades de gestão. Todos esses gestores já participaram diretamente de experiências junto a administração direta, ou seja, conhecem o outro lado da gestão pública.

Experiências exitosas devem ser registradas a fim de demonstrar que o aparelhamento atual do Estado permite inovações. E tais inovações vão ao encontro do princípio constitucional, que no caso da saúde é claro e incisivo: “A saúde é direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1988).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de unidades hospitalares por meio de organizações sociais de saúde é uma modalidade nova, apesar de ter legislação federal há cerca de quinze anos. Alguns estados começaram a adotar esse tipo de modelo há pouco tempo. Por essa razão o modelo de organizações sociais de saúde pode ser pouco compreendido, por muitas vezes, ser confundido com outras formas de parcerias público-privadas.

A forma de contratualização existente entre o Estado e uma instituição qualificada como organização social de saúde, pode se assemelhar muito a uma gestão pública direta se o contrato estabelecido entre as partes não for eficiente de modo que garanta o gerenciamento dos recursos com maior qualidade e menor custo para uma assistência eficiente.

É importante ressaltar que o envolvimento do Estado é fundamental para o sucesso desse modelo, há uma via de mão dupla onde cada uma das partes deve exercer sua função com presteza. À unidade hospitalar gerida por OSS cabe a execução adequada dos processos e o compromisso de publicização das atividades que realiza; e ao Estado, e contratante, cabe a fiscalização e o controle sobre as metas que estipula como necessidades.

As unidades aqui estudadas apresentam processos distintos em sua atual execução e também em sua fundação inicial. As normativas, legislações e práticas de cada estado da federação também compreendem particularidades que tornam o mesmo modelo bastante distinto em cada lugar, seja pela falta de tradição ou pelos rigores advindos das oposições. Apesar disso as constatações sobre tal modelo do ponto de vista dos gestores entrevistados trazem semelhanças importantes e consideráveis.

Cabe ao serviço público realizar monitoramento e avaliação dos processos e dos serviços prestados pelas unidades hospitalares, pois o modelo por si só não garante sucesso, mas o adequado acompanhamento, associado à boa gestão pode fazer desse modelo um caminho a excelência do SUS.

Da mesma forma, a legislação deve ser acompanhada, para que esteja sempre atualizada, em conformidade com as propostas do modelo. Devendo ser uma aliada a realização das atividades das unidades hospitalares, e não fatores de impedimento de crescimento dessas organizações. Assim evitando que as atuais falhas da administração direta cheguem a preencher, também, as novas modalidades de gestão.

Ressalto que poucos estudos são encontrados, e por isso são necessárias novas análises de experiências nessa modalidade de gestão em unidades hospitalares. É fundamental que a academia se aproprie desses registros e produza literatura que possa contribuir para os novos rumos da gestão em saúde.

A saúde coletiva, como área de conhecimento, possibilita enxergar diante da atual situação da gestão em saúde no Brasil um campo que deve estar aberto a mudanças e rearranjos, a novas alternativas e propostas que venham a contribuir com o SUS, que ambicioso em seus propósitos deve poder contar com ferramentas de viabilização, considero as organizações sociais em saúde, uma dessas alternativas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F. L.; SANO, H. **Promessas e resultados da nova gestão pública no Brasil: o caso das organizações sociais de saúde em São Paulo**. Revista de Administração de Empresas, Brasil, v.48, n.3, p.64-80, 2008.

ANDRADE, E. P. de. Gestão de terceiros. In: IBAÑEZ, N. et al (orgs) **Política e Gestão Pública em Saúde**. São Paulo: Hucitec Editora: Cealag, 2011.

BARBOSA, N. B.; ELIAS, P. E. M. **As organizações sociais de saúde como forma de gestão público/privado**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, ago. 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232010000500023&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000500023&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 15 jan. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Sistema Único de Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. Cap 1. **(Coleção Progestores – Para entender a gestão do SUS, 8)**.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Institui a Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9637, de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado / Secretaria de Reforma do Estado. Organizações sociais. Brasília, 1997. **(Cadernos MARE da Reforma do Estado. v.2)**.

BRASIL. **Norma Operacional Básica do SUS – NOB-SUS 01/96**. In: Diário Oficial da União. Brasília. Novembro de 1996.

COSTA, I. M. C.; JUNIOR, N. C.; NASCIMENTO, V. B. **Relação entre público e privado na atenção primária à saúde: considerações preliminares**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v.20, n.4, p.971-979, 2011.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 2.415, de 6 de julho de 1999.** Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais no âmbito do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 2.523, de 13 de janeiro de 2000.** Altera a Lei nº 2.415, de 6 de julho de 1999, que trata da qualificação de entidades como organizações sociais no âmbito do Distrito Federal.

IBANEZ, N.; VECINA NETO, G. **Modelos de gestão e o SUS.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232007000700006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000700006&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 25 fev. 2013.

PERNAMBUCO. **Lei nº 11.743 de 20 de janeiro de 2000.** Sistematiza a prestação de serviços públicos não exclusivos, dispõe sobre a qualificação de Organizações Sociais e da Sociedade Civil de interesse público e o fomento às atividades sociais, e dá outras providências.

Presidência da República, CÂMARA DA REFORMA DO ESTADO. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília, 1995.

SANTOS, L. Administração pública e a gestão da saúde. In: SANTOS, N. R.; AMARANTE, P. D. de C.(orgs) **Gestão Pública e Relação Público Privado na Saúde.** Rio de Janeiro: Cebes, 2010.

SÃO PAULO. **Lei complementar nº 846, de 4 de junho de 1998.** Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências.

## **APÊNDICE I**

### **Roteiro orientador para entrevista**

Tempo de existência da unidade hospitalar;

Tempo da gestão por organização social de saúde nesta unidade hospitalar;

Tempo de duração da atual gestão;

Modo como hospital adotou a gestão por OSS;

Experiências do gestor em outras modalidades de gestão hospitalar;

Opinião sobre as razões que trazem excelência à essa modalidade de gestão;

Dificuldades e facilidades encontradas neste modelo de gestão;

Dificuldades e facilidades encontradas na execução dos processos de trabalho (aquisição de bens, serviços, recursos humanos);

Dificuldades e facilidades encontradas no cumprimento da legislação local;

Considerações sobre os contratos de metas (contratualização);

Considerações sobre o cumprimento dos indicadores;

Qual a periodicidade da renovação do contrato.

Considerações sobre relações institucionais com órgãos administrativos municipais e/ ou estaduais;

Opinião pessoal sobre esta modalidade de gestão.

## APÊNDICE II

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Universidade de Brasília  
Faculdade de Ceilândia  
Graduação em Saúde Coletiva

**Título do projeto de pesquisa:** “Organizações Sociais de Saúde: Relato de experiências em gestão hospitalar em três estados brasileiros”.

**Orientador:** Prof<sup>a</sup> MsC Carla Pintas Marques (matrícula FUB: 743.445)

**Estudante responsável:** Iasmine Lorena Silva de Jesus

O (a) Senhor (a) está sendo convidado (o) a participar da pesquisa: “Organizações Sociais de Saúde: Relato de experiências em gestão hospitalar em três estados brasileiros”. Trata-se de um projeto de trabalho de conclusão de curso, conduzido por mim, Iasmine Lorena Silva de Jesus, estudante do curso Saúde Coletiva, da Faculdade Ceilândia da Universidade de Brasília.

O objetivo é Compreender e identificar de que forma as parcerias entre os setores público e privado tem ocorrido em três diferentes hospitais com modalidade de gestão por organização social de saúde.

O (a) senhor (a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá, sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo (a).

A sua participação será através de uma entrevista a ser realizada no seu local de trabalho na data combinada com tempo estimado de cerca de 1 hora. Informamos que a Senhor (a) pode se recusar a responder qualquer uma das questões abordadas durante a entrevista que lhe tragam constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo para o (a) senhor (a).

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Instituição Universidade de Brasília/ Faculdade Ceilândia podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda do pesquisador.

Se o (a) Senhor (a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, ou desejar entrar em contato com a pesquisadora utilize o e-mail: iasminelsj@gmail.com ou ligue para (61) 8178 5852. Poderá também entrar em contato com o orientador da pesquisa pelo telefone (61) 9987 0313.

Sua assinatura abaixo significa que você leu este consentimento, esclareceu suas dúvidas e concordou em participar nos termos indicados.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o sujeito da pesquisa.

Agradecemos por seu interesse e disponibilidade em participar da pesquisa.

---

Nome / assinatura:

---

Pesquisador Responsável  
Nome e assinatura:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

(1ª Via – sujeito da pesquisa)

(2ª Via – pesquisador)

**APÊNDICE III****TERMO DE CONCORDÂNCIA INSTITUCIONAL**

Eu, \_\_\_\_\_, responsável pelo  
\_\_\_\_\_, estou de acordo  
com a realização, nesta instituição, da pesquisa “Organizações Sociais de Saúde:  
Relato de experiências em gestão hospitalar em três estados brasileiros”, de  
responsabilidade da pesquisadora Carla Pintas Marques. Trata-se de trabalho de  
conclusão de curso da estudante Iasmine Lorena Silva de Jesus, do curso de  
graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia, Universidade de Brasília  
– UnB.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

**Responsável pela Instituição:**

\_\_\_\_\_

Assinatura e Carimbo

**Pesquisador Responsável:**

\_\_\_\_\_

Assinatura e Carimbo

## **ANEXO I – Legislação Federal**

### **LEI FEDERAL Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998.**

Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I**

#### **DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

##### **Seção I**

##### **Da Qualificação**

Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:

I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

- a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;
- d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
- e) composição e atribuições da diretoria;
- f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
- g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;

h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;

II - haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social e do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado.

## Seção II

### Do Conselho de Administração

Art. 3o O conselho de administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

I - ser composto por:

a) 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;

b) 20 a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto;

c) até 10% (dez por cento), no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;

d) 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;

e) até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;

II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho devem ter mandato de quatro anos, admitida uma recondução;

III - os representantes de entidades previstos nas alíneas "a" e "b" do inciso I devem corresponder a mais de 50% (cinquenta por cento) do Conselho;

IV - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no estatuto;



V - o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do conselho, sem direito a voto;

VI - o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;

VII - os conselheiros não devem receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;

VIII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas.

Art. 4o Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras:

I - fixar o âmbito de atuação da entidade, para consecução do seu objeto;

II - aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;

III - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;

IV - designar e dispensar os membros da diretoria;

V - fixar a remuneração dos membros da diretoria;

VI - aprovar e dispor sobre a alteração dos estatutos e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;

VII - aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências;

VIII - aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

IX - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria;

X - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

### Seção III

#### Do Contrato de Gestão

Art. 5o Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1o.

Art. 6º O contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social.

Parágrafo único. O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, ao Ministro de Estado ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.

Art. 7º Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e, também, os seguintes preceitos:

I - especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II - a estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais, no exercício de suas funções.

Parágrafo único. Os Ministros de Estado ou autoridades supervisoras da área de atuação da entidade devem definir as demais cláusulas dos contratos de gestão de que sejam signatários.

#### Seção IV

#### Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão

Art. 8º A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pelo órgão ou entidade supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada.

§ 1º A entidade qualificada apresentará ao órgão ou entidade do Poder Público supervisora signatária do contrato, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por comissão de avaliação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação.

§ 3º A comissão deve encaminhar à autoridade supervisora relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

Art. 9º Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 10. Sem prejuízo da medida a que se refere o artigo anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria da entidade para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

§ 1º O pedido de sequestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores sequestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da entidade.

## Seção V

### Do Fomento às Atividades Sociais

Art. 11. As entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.

Art. 12. Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão parcela de recursos para compensar desligamento de servidor cedido, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela organização social.

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às organizações sociais, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

Art. 13. Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio da União.

Parágrafo único. A permuta de que trata este artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público.

Art. 14. É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem.

§ 1º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social.

§ 2º Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente por organização social a servidor cedido com recursos provenientes do contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria.

§ 3º O servidor cedido perceberá as vantagens do cargo a que fizer jus no órgão de origem, quando ocupante de cargo de primeiro ou de segundo escalão na organização social.

Art. 15. São extensíveis, no âmbito da União, os efeitos dos arts. 11 e 12, § 3º, para as entidades qualificadas como organizações sociais pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, quando houver reciprocidade e desde que a legislação local não contrarie os preceitos desta Lei e a legislação específica de âmbito federal.

## Seção VI

### Da Desqualificação

Art. 16. O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como organização social, quando constatado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da organização social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e dos valores entregues à utilização da organização social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

## CAPÍTULO II

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. A organização social fará publicar, no prazo máximo de noventa dias contado da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 18. A organização social que absorver atividades de entidade federal extinta no âmbito da área de saúde deverá considerar no contrato de gestão, quanto ao atendimento da comunidade, os princípios do Sistema Único de Saúde, expressos no art. 198 da Constituição Federal e no art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Art. 19. As entidades que absorverem atividades de rádio e televisão educativa poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e

projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos. (Regulamento)

Art. 20. Será criado, mediante decreto do Poder Executivo, o Programa Nacional de Publicização - PNP, com o objetivo de estabelecer diretrizes e critérios para a qualificação de organizações sociais, a fim de assegurar a absorção de atividades desenvolvidas por entidades ou órgãos públicos da União, que atuem nas atividades referidas no art. 1o, por organizações sociais, qualificadas na forma desta Lei, observadas as seguintes diretrizes:

- I - ênfase no atendimento do cidadão-cliente;
- II - ênfase nos resultados, qualitativos e quantitativos nos prazos pactuados;
- III - controle social das ações de forma transparente.

Art. 21. São extintos o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, integrante da estrutura do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, e a Fundação Roquette Pinto, entidade vinculada à Presidência da República.

§ 1o Competirá ao Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado supervisionar o processo de inventário do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, a cargo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, cabendo-lhe realizá-lo para a Fundação Roquette Pinto.

§ 2o No curso do processo de inventário da Fundação Roquette Pinto e até a assinatura do contrato de gestão, a continuidade das atividades sociais ficará sob a supervisão da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

§ 3o É o Poder Executivo autorizado a qualificar como organizações sociais, nos termos desta Lei, as pessoas jurídicas de direito privado indicadas no Anexo I, bem assim a permitir a absorção de atividades desempenhadas pelas entidades extintas por este artigo.

§ 4o Os processos judiciais em que a Fundação Roquette Pinto seja parte, ativa ou passivamente, serão transferidos para a União, na qualidade de sucessora, sendo representada pela Advocacia-Geral da União.

Art. 22. As extinções e a absorção de atividades e serviços por organizações sociais de que trata esta Lei observarão os seguintes preceitos:

I - os servidores integrantes dos quadros permanentes dos órgãos e das entidades extintos terão garantidos todos os direitos e vantagens decorrentes do respectivo cargo ou emprego e integrarão quadro em extinção nos órgãos ou nas entidades indicados no Anexo II, sendo facultada aos órgãos e entidades supervisoras, ao seu critério exclusivo, a cessão de servidor, irrecusável para este, com ônus para a origem, à organização social que vier a absorver as correspondentes atividades, observados os §§ 1o e 2o do art. 14;

II - a desativação das unidades extintas será realizada mediante inventário de seus bens imóveis e de seu acervo físico, documental e material, bem como dos contratos e convênios, com a adoção de providências dirigidas à manutenção e ao prosseguimento das atividades sociais a cargo dessas unidades, nos termos da legislação aplicável em cada caso;

III - os recursos e as receitas orçamentárias de qualquer natureza, destinados às unidades extintas, serão utilizados no processo de inventário e para a manutenção e o financiamento das atividades sociais até a assinatura do contrato de gestão;

IV - quando necessário, parcela dos recursos orçamentários poderá ser reprogramada, mediante crédito especial a ser enviado ao Congresso Nacional, para o órgão ou entidade supervisora dos contratos de gestão, para o fomento das atividades sociais, assegurada a liberação periódica do respectivo desembolso financeiro para a organização social;

V - encerrados os processos de inventário, os cargos efetivos vagos e os em comissão serão considerados extintos;

VI - a organização social que tiver absorvido as atribuições das unidades extintas poderá adotar os símbolos designativos destes, seguidos da identificação "OS".

§ 1º A absorção pelas organizações sociais das atividades das unidades extintas efetivar-se-á mediante a celebração de contrato de gestão, na forma dos arts. 6º e 7º.

§ 2º Poderá ser adicionada às dotações orçamentárias referidas no inciso IV parcela dos recursos decorrentes da economia de despesa incorrida pela União com os cargos e funções comissionados existentes nas unidades extintas.

Art. 23. É o Poder Executivo autorizado a ceder os bens e os servidores da Fundação Roquette Pinto no Estado do Maranhão ao Governo daquele Estado.

Art. 23-A. Os servidores oriundos da extinta Fundação Roquette Pinto e do extinto Território Federal de Fernando de Noronha poderão ser redistribuídos ou cedidos para órgãos e entidades da Administração Pública Federal, independentemente do disposto no inciso II do art. 37 e no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assegurados todos os direitos e vantagens, inclusive o pagamento de gratificação de desempenho ou de produtividade, sem alteração de cargo ou de Quadro remuneratória. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

Parágrafo único. As disposições do caput aplicam-se aos servidores que se encontram cedidos nos termos do inciso I do art. 22 e do art. 23 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

Art. 24. São convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.648-7, de 23 de abril de 1998.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de maio de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

## **ANEXO II – Legislação São Paulo**

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 846, DE 4 DE JUNHO DE 1998 DE SÃO PAULO**

Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

#### **CAPÍTULO I**

##### **Das Organizações Sociais**

##### **Seção I**

##### **Da Qualificação**

Artigo 1º - O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à saúde e à cultura, atendidos os requisitos previstos nesta lei complementar.

Parágrafo único - As pessoas jurídicas de direito privado cujas atividades sejam dirigidas à saúde e à cultura, qualificadas pelo Poder Executivo como organizações sociais, serão submetidas ao controle externo da Assembléia Legislativa, que o exercerá com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ficando o controle interno a cargo do Poder Executivo.

Artigo 2º - São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:

I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

- a) natureza social de seus objetivos;
- b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) previsão expressa de ter a entidade, como órgãos de deliberação superior e de direção, um Conselho de Administração e uma Diretoria, definidos nos termos do Estatuto, assegurado àquele composição e atribuições normativas e de controle básicos previstos nesta lei complementar;
- d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
- e) composição e atribuições da Diretoria da entidade;
- f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Estado, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
- g) em caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;

h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados;

II - ter a entidade recebido aprovação em parecer favorável, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Secretário de Estado da área correspondente e do Secretário da Administração e Modernização do Serviço Público.

Parágrafo único - Somente serão qualificadas como organização social, as entidades que, efetivamente, comprovarem possuir serviços próprios de assistência à saúde, há mais de 5 (cinco) anos.

## Seção II

### Do Conselho de Administração

Artigo 3º - O Conselho de Administração deve estar estruturado nos termos do respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

I - ser composto por:

a) até 55 % (cinquenta e cinco por cento) no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;

b) 35% (trinta e cinco por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;

c) 10% (dez por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade;

II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho que não poderão ser parentes consanguíneos ou afins até o 3º. grau do Governador, Vice-Governador e Secretários de Estado, terão mandato de quatro anos, admitida uma recondução;

III - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no estatuto;

IV - o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto;

V - o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano, e extraordinariamente, a qualquer tempo;

VI - os conselheiros não receberão remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;  
e



VII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a Diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem às correspondentes funções executivas.

Artigo 4º - Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser incluídas entre as atribuições privativas do Conselho de Administração:

I - aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;

II - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;

III - designar e dispensar os membros da Diretoria;

IV - fixar a remuneração dos membros da Diretoria;

V - aprovar os estatutos, bem como suas alterações, e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de 2/3 (dois terços) de seus membros;

VI - aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências;

VII - aprovar por maioria, no mínimo, de 2/3 (dois terços) de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e alienações, e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

VIII - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria; e

IX - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

Artigo 5º - Aos conselheiros, administradores e dirigentes das organizações sociais da saúde é vedado exercer cargo de chefia ou função de confiança no Sistema Único de Saúde - SUS.

### Seção III

#### Do Contrato de Gestão

Artigo 6º - Para os efeitos desta lei complementar, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de uma parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas à área da saúde ou da cultura.

§ 1º - É dispensável a licitação para a celebração dos contratos de que trata o "caput" deste artigo.

§ 2º - A organização social da saúde deverá observar os princípios do Sistema Único de Saúde, expressos no artigo 198 da Constituição Federal e no

artigo 7º da Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990.

§ 3º - A celebração dos contratos de que trata o "caput" deste artigo, com dispensa da realização de licitação, será precedida de publicação da minuta do contrato de gestão e de convocação pública das organizações sociais, através do Diário Oficial do Estado, para que todas as interessadas em celebrá-lo possam se apresentar.

§ 4º - O Poder Público dará publicidade:

I - da decisão de firmar cada contrato de gestão, indicando as atividades que deverão ser executadas; e

II - das entidades que manifestarem interesse na celebração de cada contrato de gestão.

§ 5º - É vedada a celebração do contrato previsto neste artigo para a destinação, total ou parcial, de bens públicos de qualquer natureza, que estejam ou estiveram, ao tempo da publicação desta lei, vinculados à prestação de serviços de assistência à saúde.

Artigo 7º - O contrato de gestão celebrado pelo Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde ou da Cultura conforme sua natureza e objeto, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da entidade contratada e será publicado na íntegra no Diário Oficial.

Parágrafo único - O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovação do Conselho de Administração, ao Secretário de Estado da área competente.

Artigo 8º - Na elaboração do contrato de gestão devem ser observados os princípios inscritos no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 111 da Constituição Estadual e, também, os seguintes preceitos:

I - especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, estipulação das metas a serem atingidas e respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II - estipulação dos limites e critérios para a despesa com a remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais, no exercício de suas funções;

III - atendimento à disposição do § 2º. do artigo 6º. desta lei complementar; e

IV - atendimento exclusivo aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, no caso das organizações sociais da saúde.

Parágrafo único - O Secretário de Estado competente deverá definir as demais cláusulas necessárias dos contratos de gestão de que for signatário.

#### Seção IV

##### Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão

Artigo 9º - A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pelo Secretário de Estado da Saúde ou pela Secretaria de Estado da Cultura, nas áreas correspondentes.

§ 1º - O contrato de gestão deve prever a possibilidade de o Poder Público requerer a apresentação pela entidade qualificada, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro, assim como suas publicações no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão serão analisados, periodicamente, por comissão de avaliação indicada pelo Secretário de Estado competente, composta por profissionais de notória especialização, que emitirão relatório conclusivo, a ser encaminhado àquela autoridade e aos órgãos de controle interno e externo do Estado.

§ 3º - A comissão de avaliação da execução do contrato de gestão das organizações sociais da saúde, da qual trata o parágrafo anterior, compor-se-á, dentre outros membros, por 2 (dois) integrantes indicados pelo Conselho Estadual de Saúde, reservando-se, também, 2 (duas) vagas para membros integrantes da Comissão de Saúde e Higiene da Assembléia Legislativa e deverá encaminhar, trimestralmente, relatório de suas atividades à Assembléia Legislativa.

Artigo 10 - Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, para as providências relativas aos respectivos âmbitos de atuação, sob pena de responsabilidade solidária.

Artigo 11 - Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para denunciar irregularidades cometidas pelas organizações sociais ao Tribunal de Contas ou à Assembléia Legislativa.

Artigo 12 - O balanço e demais prestações de contas da organização social devem, necessariamente, ser publicados no Diário Oficial do Estado e analisados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

## Seção V

### Do Fomento às Atividades Sociais

Artigo 13 - As entidades qualificadas como organizações sociais ficam declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública para todos os efeitos legais.

Artigo 14 - Às organizações sociais serão destinados recursos orçamentários e, eventualmente, bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º - Ficam assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º - Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão, parcela de recursos para fins do disposto no artigo 16 desta lei complementar, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela organização social.

§ 3º - Os bens de que trata este artigo serão destinados às organizações sociais, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

§ 4º - Os bens públicos de que trata este artigo não poderão recair em estabelecimentos de saúde do Estado, em funcionamento.

Artigo 15 - Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser substituídos por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do Estado.

Parágrafo único - A permuta de que trata o "caput" deste artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público.

Artigo 16 - Fica facultado ao Poder Executivo o afastamento de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem.

§ 1º - Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor afastado qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social.

§ 2º - Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente por organização social a servidor afastado com recursos provenientes do contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria.

Artigo 17 - São extensíveis, no âmbito do Estado, os efeitos dos artigos 13 e 14, § 3º., para as entidades qualificadas como organizações sociais pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, quando houver reciprocidade e desde que a legislação local não contrarie as normas gerais emanadas da União sobre a matéria, os preceitos desta lei complementar, bem como os da legislação específica de âmbito estadual.

## Seção VI

### Da Desqualificação

Artigo 18 - O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como organização social quando verificado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão.

§ 1º - A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da organização social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º - A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e do saldo remanescente dos recursos financeiros entregues à utilização da organização social, sem prejuízo das sanções contratuais penais e civis aplicáveis à espécie.

## CAPÍTULO II

### Das Disposições Finais e Transitórias

Artigo 19 - A organização social fará publicar na imprensa e no Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e

serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Artigo 20 - Os Conselheiros e Diretores das organizações sociais, não poderão exercer outra atividade remunerada com ou sem vínculo empregatício, na mesma entidade.

Artigo 21 - Nas hipóteses de a entidade pleiteante da habilitação como organização social existir há mais de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação desta lei complementar, fica estipulado o prazo de 2 (dois) anos para adaptação das normas do respectivo estatuto ao disposto no artigo 3º., incisos de I a IV.

Artigo 22 - Fica acrescido parágrafo ao artigo 20 da Lei Complementar Nº 791, de 9 de março de 1995, do seguinte teor:

"§ 7º - À habilitação de entidade como organização social e à decorrente relação de parceria com o Poder Público, para fomento e execução de atividades relativas à área da saúde, nos termos da legislação estadual pertinente, não se aplica o disposto no § 5º. deste artigo."

Artigo 23 - Os requisitos específicos de qualificação das organizações sociais da área de cultura serão estabelecidos em decreto do Poder Executivo, a ser editado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta lei complementar.

Artigo 24 - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 4 de junho de 1998

MÁRIO COVAS

## **ANEXO III – Legislação Distrito Federal**

### **LEI Nº 2.415, DE 6 DE JULHO DE 1999 DO DISTRITO FEDERAL**

Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais no âmbito do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

#### **CAPÍTULO I**

#### **DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

##### **Seção I**

##### **Da qualificação**

Art. 1º O Poder Executivo, por ato do Governador do Distrito Federal, poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e institucional, à proteção e preservação do meio ambiente, inclusive conservação de áreas urbanizadas e ajardinadas, à cultura, ao trabalho e à educação profissional, à ação social, à defesa do consumidor e à saúde, atendidos os requisitos desta Lei.

(ALTERADO - Lei nº 2.523, de 13 de janeiro de 2000)

Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:

I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

- a) natureza social de seus objetivos, relativos à respectiva área de atuação;
- b) finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, assegurados àquele composição e atribuições, normativas e de controle, básicas previstas nesta Lei;
- d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
- e) composição e atribuições da diretoria;
- f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Distrito Federal, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
- g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;

h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associados ou membro da entidade;

i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhes forem destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Distrito Federal, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Distrito Federal, na proporção dos recursos e bens a estes alocados.

II - haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Secretário ou do titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social.

## Seção II

### Do Conselho de Administração

Art. 3º O Conselho de Administração deve ser estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

I - ser composto por:

a) vinte a quarenta por cento de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;

b) vinte a trinta por cento de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto;

c) até dez por cento, no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou associados;

d) dez a trinta por cento de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;

e) até dez por cento de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;

II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho terão mandato de quatro anos, admitida uma recondução;

III - os representantes de entidades previstos nas alíneas "a" e "b" do inciso I devem corresponder a mais de cinquenta por cento do Conselho;

IV - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no estatuto;

V - o dirigente máximo da entidade participará das reuniões do Conselho, sem direito a voto;

VI - O Conselho reunir-se-á ordinariamente no mínimo três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;

VII - os conselheiros não receberão remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participarem;

VIII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas;

Art. 4º Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, serão atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras:

I - fixar o âmbito de atuação da entidade, para consecução de seu objeto;

II - aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;

III - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;

IV - designar e dispensar os membros da diretoria;

V - fixar a remuneração dos membros da diretoria;

VI - aprovar e dispor sobre a alteração dos estatutos e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;

VII - aprovar o regimento interno da entidade, que disporá, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e as respectivas competências;

VIII - aprovar, por maioria de no mínimo dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

IX - aprovar e encaminhar, ao órgão superior da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria;

X - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com auxílio de auditoria externa.

### Seção III

#### Do Contrato de Gestão

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º.

Art. 6º O contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social.

Art. 7º Na elaboração do contrato de gestão devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade e, também, os seguintes preceitos:



I - especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II - a estipulação dos limites e critérios para despesas com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais, no exercício de suas funções.

Parágrafo único. Os Secretários ou as autoridades supervisoras das áreas de atuação da entidade devem definir as demais cláusulas dos contratos de gestão de que sejam signatários.

#### Seção IV

##### Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão

Art. 8º A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pelo órgão ou entidade supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada.

§ 1º A entidade qualificada apresentará ao órgão ou entidade do Poder Público, supervisora signatária do contrato, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por comissão de avaliação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação.

§ 3º A comissão deve encaminhar à autoridade supervisora relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

Art. 9º Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 10. Sem prejuízo na medida a que se refere o artigo anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Distrito Federal ou às Procuradorias das respectivas entidades para que requeiram ao juízo competente a decretação de indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens de seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

§ 1º O pedido de sequestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País ou no exterior, nos termos da Lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores sequestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da entidade.

## Seção V

### Do Fomento às Atividades Sociais

Art. 11. As entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.

Art. 12. Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão parcela de recurso para compensar desligamento de servidor cedido, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela organização social.

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às organizações sociais, dispensada a licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

Art. 13. Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do Distrito Federal.

Parágrafo único. A permuta de que trata este artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público.

Art. 14. É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem.

§ 1º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social.

§ 2º Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente por organização social a servidor cedido com recursos provenientes do contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção ou de assessoria.

§ 3º O servidor cedido perceberá as vantagens do cargo a que fizer jus no órgão de origem, quando ocupante de cargo de primeiro ou segundo escalão na organização social.

Art. 15. São extensíveis, no âmbito do Distrito Federal, os efeitos dos arts. 11 e 12, § 3º, para as entidades qualificadas como organizações sociais pela União, pelos Estados e pelos

Municípios, quando houver reciprocidade e desde que a legislação local não contrarie preceitos desta Lei e a legislação específica de âmbito federal.

## Seção VI

### Da Desqualificação

Art. 16. O Poder Executivo, por ato do Governador do Distrito Federal, poderá proceder à desqualificação da entidade como organização social, quando constatado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da organização social, individual e solidariamente, pelos danos e prejuízos decorrentes de sua ação e omissão.

§ 2º A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e dos valores entregues à utilização da organização social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

## CAPÍTULO II

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. A organização social fará publicar, no prazo de noventa dias contatos da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para as compras com emprego de recursos provenientes do Poder público.

Art. 18. A organização social que absorver atividades de entidade extinta na área da saúde deverá considerar no contrato de gestão, quanto ao atendimento da comunidade, os princípios do Sistema Único de Saúde, expressos no art. 198 da Constituição Federal e no art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Art. 19. O Instituto Candango de Solidariedade é declarado como organização de interesse social e utilidade pública, nos termos desta lei e para todos os efeitos legais.

Art. 20. São convalidados todos os atos praticados com base nas Leis nº 2.177, de 30 de dezembro de 1998, e 2.401, de 15 de junho de 1999, até a data da publicação da presente Lei.

Art. 21. Aplica-se no âmbito do Distrito Federal o art. 92, seus incisos e parágrafos, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, conforme redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

Parágrafo único. O servidor em licença para o desempenho de mandato classista, na data da publicação desta Lei, terá assegurada sua licença e garantida sua remuneração até o final do respectivo mandato.

(INSERIDO - Lei nº 2.469, de 21 de outubro de 1999)

Art. 22. O Poder Executivo fixará, em regulamento próprio, as diretrizes e os critérios suplementares para qualificação das organizações sociais.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis nº 1.138, de 10 de julho de 1.996, 2.177, de 30 de dezembro de 1.998, 2.266, de 31 de dezembro de 1.998, e 2.401, de 15 de junho de 1.999, e o Decreto nº 17.699, de 24 de setembro de 1.996.

Brasília, 06 de junho de 1999

111º da República e 40º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

### **LEI Nº 2.523, DE 13 DE JANEIRO DE 2000 DO DISTRITO FEDERAL**

Altera a Lei nº 2.415, de 6 de julho de 1999, que trata da qualificação de entidades como organizações sociais no âmbito do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei nº 2.415, de 6 de julho de 1999, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 1º O Poder Executivo, por ato do Governador do Distrito Federal, poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e institucional, à proteção e preservação do meio ambiente, inclusive conservação de áreas urbanizadas e ajardinadas, à cultura, ao trabalho e à educação profissional, à ação social, à defesa do consumidor e à saúde, atendidos os requisitos desta Lei."

Art. 2º VETADO

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de janeiro de 2000

112º da República e 40º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

## **ANEXO IV – Legislação Pernambuco**

### **LEI Nº 11.743, DE 20 DE JANEIRO DE 2000 DE PERNAMBUCO**

Sistematiza a prestação de serviços públicos não exclusivos, dispõe sobre a qualificação de Organizações Sociais e da Sociedade Civil de interesse público e o fomento às atividades sociais, e dá outras providências.

O VICE-GOVERNADOR NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo institui Sistema Integrado de Prestação de Serviços Público não-exclusivos, com a finalidade de disciplinar a atuação conjunta dos órgãos e entidades públicas, das entidades qualificadas como organização social ou como organização da Sociedade Civil de interesse público, e das entidades privadas, na realização de atividades públicas não-privativas, mediante o estabelecimento de critérios para atuação, qualificação ou credenciamento e de mecanismo de coordenação, fiscalização e controle das atividades delegadas.

§ 1º Constituirão objetivos do Sistema:

I - assegurar a prestação de serviços públicos específicos com autonomia administrativa e financeira, através da descentralização com controle de resultados;

II - garantir o acesso aos serviços pela simplificação das formalidades e implantação da gestão participativa, integrando a sociedade civil organizada;

III - redesenhar a atuação do Estado no desenvolvimento das funções sociais, com ênfase nos modelos gerenciais flexíveis e no controle por resultados, baseado em metas e indicadores de desempenho; e

IV. possibilitar a efetiva redução de custos e assegurar transparência na alocação e utilização de recursos.

§ 2º O Sistema Integrado de Prestação de Serviços Públicos não-exclusivos será implantado por Grupo Especial de Trabalho, designado especificamente para esse fim, vinculado diretamente à Comissão Diretora de Reforma do Estado.

Art. 2º -Para os fins da presente Lei, são consideradas:

I -atividades públicas não-exclusivas aquelas desempenhadas pelo órgão e entidades da administração, e que por força de previsão constitucional, já venham sendo exercidas, também pela iniciativa privada; e

II -entidade sem fins lucrativos: pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre sócios, associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução dos objetivos sociais.

## CAPÍTULO II

### DA QUALIFICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES

Art. 3º A qualificação das entidades sem fins lucrativos, como Organizações Sociais ou como Organizações da Sociedade Civil de interesse Público, dar-se-á por decreto, observadas as disposições desta Lei, da Legislação Federal pertinente e dos respectivos regulamentos.

Art. 4º O credenciamento das entidades privadas far-se-á através de processo específico, em que se assegure igualdade de acesso e oportunidade, observado o disposto nesta Lei e no respectivo regulamento.

## SEÇÃO I

### DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Art. 5º As pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas as atividades sejam dirigidas à promoção ou execução das atividades públicas não-exclusivas definidas no inciso I do artigo 2º desta Lei, poderão habilitar-se à qualificação como organização social, para fins assunção e execução, tão somente

no seu âmbito de atuação, de atividades e serviços atualmente desempenhados por órgãos públicos e entidades vinculadas ao Poder Público Estadual, desde que comprovem o registro de seu ato constitutivo e atendam os seguintes requisitos:

I - natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de Atuação;

II - finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;

III - previsão expressa de ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um Conselho de Administração e uma Diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;

IV - previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;

V - composição e atribuições da diretoria;

VI - obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Estado, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;

VII - no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;

VIII - proibição, em qualquer hipótese, de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido, inclusive em razão do desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade; e

IX - previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe forem destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação

a) ao patrimônio de outra organização social qualificada na mesma área de atuação;  
ou

b) ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados;

Art. 6º O Conselho de Administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

I - ser composto por:

a) 20% (vinte por cento) a 40% (quarenta por cento) de seus membros natos, representante do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;

b) 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) de seus membros natos, representantes de entidades da Sociedade civil, definidos pelo estatuto;

c) até 10% (dez por cento) , no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;

d) 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) de membros eleitos, pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral; e

e) até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;

II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho devem ter mandato de quatro anos, admitida uma recondução;

III - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecido no estatuto;

IV - o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto;

V - o Conselho deve reunir-se, ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;



VI - os Conselheiros não devem receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem; e

VII - os Conselheiros eleitos ou indicados, para integrar a diretoria da entidade, devem renunciar ao assumirem funções executivas.

Parágrafo Único - Os representantes, previsto nas alíneas "a" e "b", do inciso I, devem corresponder a mais de 50% (cinquenta por cento) do Conselho de que trata o caput do presente artigo.

Art. 7º Para fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras;

I -fixar o âmbito de atuação da entidade para consecução do seu objeto;

II - aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade:

III - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;

IV - designar a dispensar os membros da diretoria;

V - fixar a remuneração dos membros da diretoria, respeitados os valores praticados pelo mercado, na região e setor correspondentes a sua área de atuação;

VI - aprovar e dispor sobre a alteração dos estatutos e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;

VI - aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências;

VIII - aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio, contendo os procedimentos que devem ser adotados para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

IX - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria: e

X - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com auxílio de auditoria externa.

Art. 8º A qualificação da entidade será dada mediante decreto, a vista de requerimento da interessada, contendo a indicação do serviço que pretende executar, os meios, recursos orçamentários, equipamentos e instalações públicas necessários à sua prestação, além de manifestação expressa de submissão às disposições desta lei e de comprometimento com os

seguintes objetivos:

I - adoção de modelos gerenciais flexíveis, autonomia de gestão, controle por resultado e adoção de indicadores adequados de avaliação do desempenho e da qualidade dos serviços prestados; e

II - redução de custos, racionalização de despesas com bens e serviços e transparência na sua alocação e utilização;

## SEÇÃO II

### DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

Art. 9º A qualificação de Organização da Sociedade Civil de interesse Público somente poderá ser conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham como finalidade a promoção ou execução gratuita de, pelo menos, uma das atividades públicas não-exclusivas definidas no inciso I do artigo 2º desta Lei.

§ 1º -Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante previsão, em seus estatutos sociais, de disposição que possibilite a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda, pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações, sem fins lucrativos, e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

§ 2º O pedido de qualificação será, indeferido quando:

I - a requerente tratar-se de:

- a) sociedades comerciais;
- b) sindicatos, associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- c) instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas, e visões devocionais e confessionais;
- d) organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
- e) entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- f) entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
- g) instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
- h) escolas privadas dedicadas ao ensino formal não-gratuito e suas mantenedoras;
- i) organizações sociais;
- j) cooperativas;
- k) fundações pública;
- l) fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criada por órgão público ou por fundações públicas; e
- m) organizações creditícias que tenham qualquer tipo de vinculação com o Sistema Financeiro Nacional a que se refere o artigo 192 da Constituição da República.

Art. 10. Atendido o disposto no artigo anterior, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de interesse Público, que as pessoas jurídicas interessada sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessária e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

III - a constituição de Conselho Fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta, ou ao patrimônio do Estado;

V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social ao patrimônio do Estado;

VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e, para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região e setor correspondentes à sua área de atuação;

VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão no mínimo:

a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade,

incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão, inclusive na internet;

c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independente se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento; e

d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas organizações da Sociedade Civil do interesse Público será feita conforme determina o § 2º do artigo 29 da Constituição Estadual.

Art. 11. Cumpridos os requisitos estabelecidos a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativo, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular requerimento escrito ao Secretário de Administração reforma do Estado, instituído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

I - estatuto registrado em cartório;

II - ata de eleição de sua atual diretoria;

III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;

IV -declaração de isenção do imposto de renda: e

V -inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

Art. 12. Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Secretário de Administração e Reforma do Estado decidirá, ouvida a Comissão Diretora de Reforma do Estado, no prazo de 30 (trinta) dias, deferindo ou não o pedido, § 1º No caso de deferimento, o Secretário de Administração e Reforma do Estado encaminhará expediente ao Governador do Estado para edição de decreto de qualificação da requerente como Organização da Sociedade Civil de interesse Publico.

§ 2º - Após a publicação do decreto que trata o parágrafo anterior o Secretário de Administração e Reforma do Estado emitirá o competente Certificado de Qualificação.

§ 3º indeferido o pedido, dar-se-á ciência da decisão, no prazo previsto no parágrafo anterior mediante publicação no Diário Oficial do Estado,

§ 4º O pedido de qualificação será indeferido quando:

I - requerente não atender aos requisitos descritos nos artigos 9º a 11 desta Lei; e

II - a documentação apresentada estiver incompleta.

### SEÇÃO III

#### DAS SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS

Art. 13 - As entidades privadas que prestam serviços definidos, como atividade pública não-exclusiva, no inciso I do artigo 2º desta Lei, poderão habilitar-se ao credenciamento no Sistema Integrado de Prestação de Serviços Públicos não-exclusivos, por requerimento da interessada ao Secretário de Administração e Reforma do Estado, instruído com os seguintes elementos:

I- ato constitutivo e alterações que comprove adequação de seu objeto às atividades públicas não-exclusiva;

II - Composição e atribuição da diretoria;

III - declaração expressa de que se submete à obrigação de apresentar, ao final de cada exercício social, relatório de atividades desse período; e

IV - comprovação da capacidade de prestação dos serviços públicos de que trata o caput do presente artigo.

### CAPÍTULO III

#### DOS INSTRUMENTOS DE DELEGAÇÃO

#### SEÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 14. A execução das atividades públicas não exclusivas através de organizações sociais, dar-se-á mediante contrato de gestão, firmado entre o Poder Público e a entidade assim qualificada, por acordo de vontades, que discriminará as atribuições, responsabilidade e obrigações das partes.

§ 1º O contrato de gestão observará as condições de proponente, atendidas as exigências do ato que determinar essa contratação.

§ 2º A organização social fará publicar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contado da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 15 -Além dos princípios elencados na Constituição do Estado, e das cláusulas obrigatórias dos contratos administrativos, serão ainda observados na elaboração do contrato de gestão de que trata o artigo anterior, os seguintes preceitos;

I - especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a exclusividade no desempenho das atividades delegadas, a estipulação de metas a serem atingidas e o respectivos prazos de execução, a previsão expressas dos critérios objetivos de Avaliação de desempenho a serem utilizados mediante indicadores de qualidade e produtividade; e

II - a estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes, e empregados das organizações sociais, no exercício de suas funções públicas.

Art. 16. O contrato de gestão deve permitir ao Poder Público requerer a apresentação, pela organização social, de relatório pertinente à execução do contrato ao término de cada exercício ou, antes disto, a qualquer tempo que entenda necessário ao interesse público.

## SEÇÃO II

### DO TERMO DE PARCERIA

Art. 17. O Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de interesse público, se destina à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para fomento e a execução das atividades de interesse público definidas no inciso I, do artigo 2º desta Lei.

Art. 18 -O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

Parágrafo único. São cláusulas essenciais do Termo da Parceria:

I - a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público:

II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando, item por item, as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V -a que estabelece as obrigações da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas proposta com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso anterior:

VI - a de publicação, na imprensa oficial do Estado, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo



simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso anterior, sob pena de não-liberação dos recursos previstos no Termo do Parceria.

Art. 19. A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I, do artigo 10, desta Lei.

Art. 20 Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

Parágrafo único . Na hipótese de extinção ou desqualificação da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, o bem imóvel de que trata o caput reverterá ao Patrimônio do Estado, na proporção aos investimentos por ele alocados

### SEÇÃO III

#### DO CONVÊNIO

Art. 21. O Convênio é o instrumento que disciplinará as relações entre o Poder Público e a entidade de direito privado credenciada para a prestação de serviços público não-exclusivo.

### CAPÍTULO IV

#### DO ACOMPANHAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE AJUSTE

Art. 22 A execução do objeto dos instrumentos de ajuste de que cuida esta Lei será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público de área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados, com o auxílio do órgão estadual de controle interno.

§ 1º - Os resultados atingidos com a execução dos instrumentos de ajuste devem ser analisados, periodicamente, por comissão de avaliação, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente.

§ 2º A comissão encaminhará, à autoridade competente, relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

Art. 23. Os responsáveis pela fiscalização dos ajustes, ao tornarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público Estadual, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 24. Sem prejuízo da medida A que se refere o artigo anterior, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, e à Procuradoria Geral do Estado, para que requeiram ao juízo competente, a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, e na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º O pedido de sequestro será processado de acordo com o disposto nos artigos 822 a 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, O exame e o bloqueio de bens, contas bancárias a aplicações mantidas pelo demandado, no País e no exterior nos termos da Lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e gestor dos e valores sequestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da organização parceira.

## CAPÍTULO V

### DA DESQUALIFICAÇÃO E DESCREDENCIAMENTO

Art. 25. Constatado, a qualquer tempo, o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão o Poder Executivo promoverá sua apuração em processo regular, em que se assegure ampla defesa, podendo proceder à desqualificação da entidade como organização social, respondendo os seus dirigentes, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

Parágrafo único. A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e dos valores disponíveis entregues à utilização da organização social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 26. A qualificação de Organização da Sociedade Civil de interesse Público se perde a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular, ou do ministério público, assegurados o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único - Qualquer cidadão, vedado o anonimato, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação de Organização da Sociedade Civil de interesse Público.

Art. 27. O Descredenciamento de entidades privadas integrantes do Sistema Integrado de Prestação de Serviços Públicos não exclusivos dar-se-á pelo Poder Público face a constatação de descumprimento de cláusula essencial do convênio celebrado, assegurada ampla defesa

## CAPÍTULO VI

### DO FOMENTO ÀS ATIVIDADES SOCIAIS

Art. 28. As entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas entidades de interesse social, para todos os efeitos legais.

Art. 29. Para o cumprimento do contrato de gestão, poderão ser destinados, às organizações sociais, pessoal, serviços orçamentários e bens públicos, através de permissão de uso, dispensada a licitação, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

§ 1º São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada, aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão, parcela de recursos para compensar desligamento de servidor cedido, desde que haja justificativa expressa da necessidade.

Art. 30. Os bens móveis permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual maior valor, condicionado a que estes passem a integrar o patrimônio do Estado, após prévia avaliação e expressa autorização do Poder Público.

Art. 31. É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor ou empregado público para as organizações sociais, sem ônus para o órgão de origem, pelo prazo de dois anos, prorrogável por igual período.

§ 1º A cessão de que trata o caput deste artigo obedecerá às seguintes normas:

I - o servidor público a ser cedido requererá licença para trato de interesse particular; e

II - o empregado público requererá sua suspensão de contrato de trabalho.

§ 2º - Findo o período de cessão concedido pelo Poder Executivo, o servidor ou empregado deverá optar entre a sua permanência na organização social, ou seu retorno ao órgão de origem ou a outro órgão equivalente, no caso de extinção do seu órgão de origem.

§ 3º - Havendo opção pela permanência na organização social, tratando-se de servidor público, pedirá demissão do cargo efetivo e, sendo empregado público, rescindir seu contrato de trabalho.

§ 4º O servidor que permanecer na administração pública estadual será lotado em órgão similar, no caso de extinção do seu órgão de origem.

Art. 32 As disposições constantes dos artigos 29 a 31 são extensíveis às entidades qualificadas como organizações sociais pela União e Municípios, quando houver

reciprocidade e desde que a legislação local não contrário os preceitos desta lei e a legislação federal e municipal específica

Art. 33- Para cumprimento do Termo de Parceria, o Poder Público poderá destinar, às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, pessoal, sem ônus para a origem, e recursos orçamentários, necessários à execução dos serviços e custeio Operacional da entidade, estritamente vinculados ao ajuste celebrado.

Parágrafo único. Aplica-se à cessão de que trata este artigo, no que couber, o disposições nos §§ 1º a 5º do artigo 31 desta Lei.

Art. 34 Sempre que possível, e a valores inferiores aos despendidos diretamente, o Poder Público, para atendimento às necessidades de suplementação e complementaridade das ações nas áreas objeto da presente Lei, valer-se-á da malha de serviços privados, credenciada junto ao Sistema Integrado de Prestação de Serviços Não-exclusivos.

Art. 35 -Fica extinta a Coordenadoria de Assuntos Relativos à Pessoa Portadora de Deficiência -CEAD, Instituída pela lei nº 08 de janeiro de 1991, passando suas atribuições e atividades a serem exercidas pelo órgão criado por esta lei.

Parágrafo único -Os 06 (seis) Cargos em Comissão, de símbolo CCI-3, vinculados à estrutura do CEAD, ficam extinto, por força desta lei, preservando-se o Cargo em Comissão, símbolo CCS-3, que será objeto de recolocação ou remanejamento através de Decreto do Poder Executivo, na forma que dispõe o artigo 6º, inciso III, da Lei nº 11.629, de 28 de janeiro de 1999.

Art. 36 .Fica instituída a Superintendência Estadual de Assuntos Relativos à Pessoa Portadora de Deficiência - SIJPORD, com o objetivo de coordenar e apresentar proposição para elaboração de uma política estadual destinada à pessoa portadora de deficiência, nos termos estabelecidos nesta lei.

Parágrafo Único. A Superintendência de que trata este artigo integrará a estrutura administrativa da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social - SEPLANDES.

Art. 37. Compete à Superintendência Estadual de Assuntos relativos à Pessoa Portadora de Deficiência - SUPORD:

I - assessorar o Secretario de Planejamento e Desenvolvimento Social na implantação, execução e acompanhamento das ações e medidas governamentais que se refiram a assuntos relativos à pessoa portadora de deficiência no âmbito do Estado de Pernambuco;

II - estabelecer discussão interna, no sentido de apresentar proposta para uma política estadual para a pessoa portadora de deficiência, acompanhando e orientando sua execução pela administração Estadual;

III - manter com os governos federal e municipais permanente articulação, objetivando a consonância de ações destinadas a integração da pessoa portadora de deficiência na sociedade;

IV - Opinar sobre as ações da Administração Pública Estadual direta e indireta, bem como fundacional, inclusive sobre a celebração de acordos, contratos, convênios e similares referentes a questões relativas à pessoa portadora de deficiência, no que concerne aos respectivos direitos e deveres;

V - desenvolver ações que levem à conscientização e à mobilização conjuntas do Governo e da comunidade, visando à prevenção das causas, diagnostico, educação, habilitação e reabilitação da pessoa portadora de deficiência, bem como à sua integração social;VI - defender os direitos da pessoa portadora de deficiência, já assegurados a nível federal, estadual e municipal, assim como propor matéria legislativa penitente, garantindo-lhe o livre exercício de sua cidadania;

VIII - promover a interiorização de todas as ações governamentais, mediante articulação com o poderes públicos Municipal comunidade em geral e entidades representativas da pessoa portadora de deficiência, visando a atingir um maior numero desta;

VIII - incentivar o fortalecimento e articulação das entidades representativas da pessoa portadora de deficiência e das instituições prestadoras de serviços no atendimento especifico a essas pessoas;

IX -estudar a sugerir medidas em favor dos interesses da pessoa portadora de deficiência, principalmente no que concerne à prevenção, habilitação, reabilitação, educação, esportes, cultura, lazer, profissionalização, trabalho, barreiras ambientais e arquitetônicas, legislação e outras áreas específicas;

X - com o prévio conhecimento do titular da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social, celebrar, em nome do Estado, Convênios com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, para o desenvolvimento de atividades específicas comuns;

XI -averiguar mediante denúncia possíveis irregularidades nas instituições que prestam serviços aos portadores de deficiência, recomendando, quando for o caso as medidas cabíveis:

XII -articular-se com outras organizações congêneres nacionais e estrangeiras: e

XIII - convocar anualmente o Fórum Estadual para Assuntos Relativos à Pessoa Portadora de Deficiência, composto por entidades representativas e instituições prestadoras de serviços, públicas e privadas.

Art. 38. A SUPORD terá a seguinte estrutura organizacional:

I - 1 (um) Conselheiro Deliberativo:

II - 1 (uma) Coordenação Geral.

§ 1º O Regimento Interno da SUPORD, a ser elaborado e aprovado pelo respectivo Conselho Deliberativo, será homologado por decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º O Regimento Interno a que se refere o parágrafo anterior definirá a competência do Conselho Deliberativo, da Coordenação Geral, bem como as atribuições dos seus Integrantes;

Art. 39. O Conselho Deliberativo, órgão máximo da SUPORD, é representativo e deliberativo, compondo-se de 16 (dezesseis) integrantes, nomeados pelo, Governador do Estado, da seguinte forma:

I - 04 (quatro) representantes das seguintes órgãos do Governo Estadual, indicados pelos respectivos titulares:

- a) Secretaria da Educação;
- b) Secretaria de Saúde;
- c) Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social;
- d) Secretaria do Governo;

II - 04 (quatro) representantes de instituições prestadoras de serviços nas seguintes áreas:

- a) deficiência auditiva;
- b) deficiência física;
- c) deficiência mental;
- d) deficiência visual;

III - 08 (oito) representantes de entidades representativas da pessoa portadora de deficiência nas áreas indicadas no inciso anterior, observada a distribuição de 02 (dois) por área.

§ 1º O presidente do Conselho Deliberativo será eleito dentre seus membros, tendo voto de qualidade.

§ 2º - Os componentes do Conselho Deliberativo a que se referem os incisos II e III serão eleitos através do fórum Estadual para Assuntos Relativos à Pessoa Portadora de Deficiência, previsto no inciso XIII, artigo 37, desta Lei.

§ 3º - O mandato dos componentes do Conselho Deliberativo, inclusive do respectivo presidente, será de 02 (dois) anos podendo ser renovado por apenas um período de igual duração.



Art. 40 -A Coordenação Geral órgão de planejamento e execução da SUPORD, sendo integrada por um Superintendente, um Gerente de Divisão e uma Secretária Executiva, que se encarregarão de administrar políticas vinculadas às seguintes áreas específicas:

I - Administração, Finanças e Legislação;

II - Articulação, Mobilização, Conscientização e Sensibilização

III - Educação, Esportes, Cultura e Lazer;

IV - Profissionalização e Trabalho;

V - Saúde, Prevenção, Habilitação e Reabilitação; e

VI- Transportes o Barreiras ambientais.

Parágrafo único -O Titular da Superintendência de Assuntos Relativas Pessoas Portadora de Deficiência será nomeado em comissão pelo Governador do Estado.

Art. 41 -Ficam criados os seguintes Cargos de Provimento em Comissão, e Funções Gratificadas:

I- 01 (uma) Superintendência de Coordenação Geral, cargo do nível de Diretoria Executiva, Símbolo CCS-4;

II - 01 (uma) Gerência de Divisão, função gratificada, símbolo FGG.2;

III - 01 (uma) Secretária de Diretoria, função gratificada, símbolo FSG-1

IV -02 (duas) Funções Gerenciais Gratificadas, de símbolo FGG-2, a serem alocadas, mediante Decreto do Governador do Estado, no âmbito da SEPLANDES;  
e

V -01 (uma) Função Gratificada de símbolo FSG-1, a ser alocada, mediante Decreto do Governador do Estado, no âmbito da SEPLANDES.

Parágrafo único. Para preenchimento dos cargos e funções referidos nos incisos I a III, do caput deste artigo, serão observadas as seguintes normas:

I - o Superintendente será recolhido mediante lista tríplice indicada pelo Conselho Deliberativo da SUPORD, e depois de aprovada pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Social será nomeado pelo Governador do Estado para exercício do respectivo cargo de comissão;

II - O Gerente de Divisão e a Secretária Executiva serão indicados pelo titular da Superintendência de Assuntos Relativos às Pessoas Portadoras de Deficiência - SUPORD e designados pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Social, para o exercício da função gratificada correspondente; e

III - os titulares dos cargos referidos nos incisos anteriores serão preferencialmente pessoas portadoras de deficiência, com reconhecida experiência no trato das questões específicas a estas relativas, e suas atribuições serão especificadas em Regimento Interno, na forma prevista pelo § 2º, do artigo 38, desta Lei.

Art. 42. Para compor a estrutura organizacional de que trata o artigo 38, além dos membros expressamente previstos nos artigos 39 e 40, a SUPORD contará com:

I - servidores com funções administrativas, de apoio técnico e outras: e

II - especialistas para o atendimento de necessidades específicas.

Art. 43 -A economia propiciada pela extinção dos cargos em questão, propõem-se a criação de outras 3 (três) Funções Gratificadas, para atender o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS e a Diretoria Executiva de Integração Social - DEXIS.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 44. vedada, às entidades qualificadas como Organizações Sociais ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, a participação em

campanhas de Interesse público-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 45. O Poder Executivo permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso a todas as informações pertinentes as Organizações Sociais e às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Art. 46 - As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base, em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos os requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações até 2 (dois) anos contados da data de vigência desta Lei.

§ 1º - Findo o prazo de dois anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei, deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.

§ 2º - Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá, automaticamente, a qualificação obtida nos termos desta Lei,

Art. 47. A extinção dos órgãos e entidades da administração direta e indireta autorizada por lei específica, bem como a absorção de atividades e serviços por organizações sociais observará as seguintes preceitos:

I - os servidores, integrantes dos quadros permanentes dos órgãos e entidades extintos serão alocados em quadro suplementar ao quadro de pessoal permanente, do Poder Executivo, em extinção, podendo ser cedidos a organizações sociais, na forma desta Lei e do respectivo regulamento;

II - a desativação das unidades extintas será realizada mediante Inventário de seus bens Imóveis e de seu acervo físico, documental e material, bem como dos contratos e convênios, com a adoção de providências dirigidas à manutenção e prosseguimento das atividades sociais a cargo dessas unidades, nos termos da legislação aplicável:

III - os recursos e as receitas orçamentárias de qualquer natureza, destinados às unidades que venham a ser extintas, serão utilizados nos processos de Inventário e para a manutenção e o financiamento das atividades sociais até a assinatura do contrato de gestão: e

IV - a organização social que tiver absorvido as atribuições das unidades extintas poderá adotar os símbolos designativos deste seguidos da expressão "OS".

§ 1º A Secretaria de Administração e Reforma do Estado realizará o processo do Inventário das entidades extintas.

§ 2º Durante o processo de inventário e até assinatura do contrato de gestão transferido bens e serviços à organização social, a continuidade das atividades das entidades extintas serão coordenadas e supervisionadas pelas secretarias de Estado a que se vinculavam.

Art. 48 Poderá o Poder Executivo, a qualquer tempo, conceder estímulo para a demissão voluntária dos servidores e empregados públicos da administração direta e indireta, respeitados, no mínimo, as condições e benefícios previstos na Lei Complementar nº 25, de 14 de outubro de 1999.

Art. 49. Serão automaticamente canceladas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as atuais subvenções conferidos às entidades consideradas de utilidade pública que não lograrem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de interesse Público, na forma desta Lei.

Art. 50. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 51. As despesas com a execução da presente Lei Correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 52. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art, 53. VETADO.

Palácio do Campo das Princesas, em 20 de janeiro de 2000.